

**EXPECTING: O PAPEL MEDIADOR DA SATISFAÇÃO CONJUGAL NA ASSOCIAÇÃO ENTRE PERCEÇÕES DE IGUALDADE DE GÉNERO E EXPECTATIVAS DE COPARENTALIDADE, EM CASAIS DURANTE A GRAVIDEZ.**

**RITA MONTEIRO PROENÇA DOS SANTOS**

**Orientadora de Dissertação e Professora do Seminário de Dissertação**

**PROFESSORA DOUTORA TÂNIA BRANDÃO**

**Coorientadora de Dissertação**

**PROFESSORA DOUTORA EVA DINIZ**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

**MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA**

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Tânia Brandão e coorientação da Professora Doutora Eva Diniz, apresentada no Ispa – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, agradeço à professora Tânia Brandão pela orientação e confiança que me transmitiu ao longo destes meses. Agradeço também à professora Eva Diniz por toda a disponibilidade, apoio e por me ter possibilitado desenvolver o estudo nesta área que tanto me apaixona.

Agradeço de forma especial à Dora, pela generosidade com que me acolheu no seu projeto, por todo o apoio e por ter sempre uma palavra de encorajamento.

Agradeço à minha mãe, pelo apoio incondicional. À Helena, por ser alegria e esperança.

Ao S., pela companhia em todos os momentos.

Às minhas amigas, pela paciência, amparo e pelo interesse que demonstraram pelo meu trabalho, mesmo quando me impossibilitou de estar mais presente.

À J. e F., pela inspiração e presença segura.

Por último, agradeço às instituições de saúde que possibilitaram a divulgação do estudo e a todos os pais e mães que participaram no mesmo.

## Resumo

A coparentalidade tem sido apontada como um preditor relevante da parentalidade e do funcionamento familiar. A relação coparental começa a estruturar-se durante a gravidez, no entanto, a literatura existente incide sobretudo na coparentalidade após o nascimento dos filhos, sendo fundamental compreender os fatores associados ao seu surgimento pré-natal. O presente estudo visou explorar o papel mediador da satisfação conjugal na associação entre as percepções de igualdade de género e as expectativas de cooperação e conflito coparental, em casais heterossexuais, na gravidez. Foram inquiridas 163 díades de casais (idades entre 20 e 51 anos), numa relação conjugal há, em média, 8 anos. Utilizou-se um modelo de interdependência ator-parceiro, com mediação, para análise de dados. Os resultados identificaram quatro efeitos significativos de parceiro-ator, idênticos para ambos os progenitores. Os resultados demonstram que percepções menos discriminatórias face aos papéis de género de um dos elementos do casal se associam a expectativas de maior cooperação e de menor conflito coparental por parte do cônjuge, por via da satisfação conjugal deste. Os resultados salientam a importância das percepções de igualdade de género na satisfação conjugal e consequentemente na coparentalidade, e destacam a relevância de considerar a interdependência dos progenitores no estudo da coparentalidade pré-natal.

*Palavras-chave:* Coparentalidade pré-natal; satisfação conjugal; igualdade de género; mediação diádica.

## **Abstract**

Coparenting has been pointed out as relevant predictor of parenting and family functioning. The coparenting relationship seems to emerge during pregnancy however the existing literature mainly focuses on coparenting after the birth of children. It is therefore essential to understand the factors associated with its prenatal emergence.

The present study aimed to explore the mediating role of marital satisfaction in the association between perceptions of gender equality and expectations of coparental cooperation and conflict in heterosexual couples during pregnancy. A total of 163 couple dyads were enrolled (ages range: 20-51 years), all in a marital relationship for an average of 8 years. Data was analysed using an actor-partner interdependence mediation model.

There were four significant actor-partner effects, identical for both parents. The findings demonstrate that less discriminatory perceptions regarding gender roles held by one member of the couple are associated with the partner's expectations of greater cooperation and reduced coparental conflict, through the latter's marital satisfaction. These results underscore the importance of gender equality perceptions in marital satisfaction and, consequently, in coparenting. They also highlight the relevance of considering parental interdependence in the study of prenatal coparenting.

*Keywords:* Prenatal coparenting; marital satisfaction; gender ideologies; dyadic mediation analysis.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Enquadramento Teórico</b> .....	2
<b>Gravidez como Período Preparatório para a Parentalidade</b> .....	2
<b>Coparentalidade</b> .....	3
<i>Coparentalidade no Período Pré-natal</i> .....	5
<b>Igualdade de Género e Coparentalidade</b> .....	7
<b>Satisfação Conjugal e Coparentalidade</b> .....	10
<b>Igualdade de Género e Satisfação Conjugal</b> .....	13
<b>O Presente Estudo</b> .....	15
<b>Método</b> .....	17
<b>Desenho de Investigação</b> .....	17
<b>Participantes</b> .....	17
<b>Instrumentos</b> .....	19
<b>Procedimento</b> .....	21
<b>Análise de Dados</b> .....	22
<b>Resultados</b> .....	24
<b>Análise Preliminar</b> .....	24
<b>Efeitos Diretos e Indiretos na Igualdade de Género, Satisfação com a Relação     Conjugal e Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental</b> .....	25
<b>Discussão</b> .....	28
<b>Efeitos Diretos das Perceções de Igualdade de Género e Níveis de Satisfação Conjugal     nas Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental</b> .....	28
<i>Efeitos de Ator</i> .....	28
<i>Efeitos de Parceiro</i> .....	30
<b>Efeitos Indiretos das Perceções de Igualdade de Género e Níveis de Satisfação     Conjugal nas Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental</b> .....	31
<b>Implicações, Limitações e Estudos Futuros</b> .....	32
<b>Conclusão</b> .....	34
<b>Referências</b> .....	36

## Introdução

O período perinatal consiste num momento de reorganização do sistema familiar, motivado pelo aparecimento de novos papéis, responsabilidades e expectativas (Baldwin et al., 2018; Saxbe et al., 2018). Nesta fase, tanto os progenitores como o subsistema conjugal são expostos a múltiplos desafios - físicos, psicológicos e sociais –, que podem condicionar o equilíbrio e a harmonia do sistema familiar. No entanto, a qualidade da sua relação coparental pode ser um fator protetor na manutenção desse equilíbrio (Carvalho et al., 2022; Eira Nunes et al., 2021; Feinberg, 2002, 2009).

A coparentalidade corresponde a um processo dinâmico, construído a partir do modo como os progenitores interagem e se organizam ao nível dos papéis parentais (Feinberg, 2002; Kuersten-Hogan & McHale, 2021). A relação coparental engloba aspetos comportamentais, afetivos e subjetivos (McHale & Lindahl, 2011) e, embora por definição, implique a partilha de responsabilidades nos cuidados parentais (Feinberg, 2003), a evidência tem demonstrado que começa a emergir durante a gravidez, sob a forma de expectativas e representações mentais que vão sendo ativamente construídas (Darwiche et al., 2016; Kuersten-Hogan, 2017, Van Egeren, 2003). Na fase pré-natal, esta relação parece caracterizar-se em função de duas dimensões, expectativas de cooperação e expectativas de conflito coparental, que remetem para o modo como os futuros pais perspetivam as interações coparentais após o nascimento do bebé (Lindroos et al., 2023).

Feinberg (2003), no Modelo Ecológico da Coparentalidade, postula que a relação coparental se constrói pela interação entre as características individuais dos progenitores e da criança, fatores familiares e fatores extrafamiliares/contextuais. Nas características individuais, podem incluir-se as perceções relativas às práticas parentais, nomeadamente os papéis de género na parentalidade, aspetos cujo contributo tem sido pouco explorado (Kuo et al., 2017; Wang & Schoppe-Sullivan, 2025). Não obstante, alguns estudos têm vindo a demonstrar que perspetivas mais igualitárias se encontram positivamente associadas à cooperação e negativamente associadas ao conflito e uso da crítica na relação coparental, durante a gravidez (Kuo et al., 2017). Em termos familiares, destaca-se a relação conjugal (Feinberg, 2003; Kekkonen et al., 2023), cujos recursos e características como o grau de suporte, entreajuda e afeto positivo têm surgido positivamente associados à qualidade da coparentalidade (Campbell, 2022; Christopher et al., 2015; Feinberg, 2003; Pedro et al., 2012; Van Egeren, 2003) e das expectativas que são elaboradas em torno desta durante a gravidez (Lindroos et al., 2023), tanto em casais primíparos (Le et al., 2016), como já com filhos (Kuo et al., 2017).

A pertinência do estudo da coparentalidade pré-natal decorre da sua capacidade preditiva dos comportamentos e percepções de coparentalidade que se verificam após o nascimento do bebé (e.g., Kuersten-Hogan, 2017; Riggs et al., 2018). Neste sentido, um conhecimento alargado da sua estrutura e antecedentes torna-se relevante para informar a criação de programas de intervenção que possam apoiar os progenitores a navegar esta etapa.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar, do ponto de vista diádico, o papel mediador da satisfação conjugal na associação entre as percepções de igualdade de género e expectativas de cooperação e conflito coparental, em casais heterossexuais em fase de gravidez. O trabalho inicia-se com uma revisão de literatura relativa ao período perinatal, com ênfase na gravidez, e aos conceitos sobre os quais o estudo incide, nomeadamente coparentalidade e coparentalidade pré-natal, percepções de igualdade de género e satisfação conjugal. O enquadramento teórico visa fazer uma síntese da evidência disponível sobre a relevância da coparentalidade e sobre as associações entre as três variáveis, e salientar, com base nisso, lacunas que se pretendem minorar com a presente investigação. Seguidamente, procede-se à descrição do estudo empírico realizado, sendo apresentados os objetivos e hipóteses, a metodologia utilizada, os resultados obtidos, e a discussão dos mesmos, com base na literatura. Ainda, refletem-se sobre as principais limitações metodológicas, deixando-se sugestões de investigações futuras. Por fim, são enunciadas as principais conclusões e contribuições do estudo, em termos teóricos e para a prática clínica com casais em fase de gravidez.

## **Enquadramento Teórico**

### **Gravidez como Período Preparatório para a Parentalidade**

A transição para a parentalidade constitui-se como uma das possíveis tarefas de desenvolvimento do adulto, com importantes implicações comportamentais, psicológicas, relacionais e sociais (Saxbe et al., 2018). Na perspetiva dos ciclos de vida da família, o nascimento de um filho caracteriza-se por um momento de crise, isto é, uma fase em que o casal é confrontado com a necessidade de reorganização do *self* e de resolução de tarefas específicas (Relvas, 2000), decorrentes das alterações na configuração familiar que irão resultar do nascimento de um filho (Baldwin et al., 2018; Cowan & Cowan, 1988). Embora seja o nascimento do primeiro filho que marque a transição para a parentalidade, a necessidade de adaptação e os desafios enfrentados parecem surgir também gestações seguintes (Krieg, 2007).

A gravidez é uma importante etapa da transição para a parentalidade, preparatória para a concretização da mesma. Ao longo da gestação, os futuros pais vão desenvolvendo

representações mentais sobre a sua identidade, sobre a relação conjugal e sobre a futura interação com o bebê, através das quais antecipam a experiência da parentalidade (Canavarro, 2001; Riggs et al., 2018). Conseqüentemente, a necessidade de integração das experiências e exigências associadas à gravidez desencadeia, nos progenitores, um conjunto de respostas cognitivas, emocionais e comportamentais específicas, que visam a adaptação à esta nova etapa de vida, a nível individual e conjugal (Canavarro, 2001).

Segundo Belsky (1984), no Modelo dos Determinantes da Parentalidade, a parentalidade e as crenças associadas à mesma são multideterminadas e um produto da interação entre as características psicológicas dos progenitores, as características da criança e do contexto social em torno do qual a relação parental se estabelece (Belsky, 1984; Taraban & Shaw, 2018). Neste sentido, a dinâmica estabelecida entre a díade parental, construída com base nas características dos seus membros e das circunstâncias sociais e culturais que os enquadram, revela-se basilar para o equilíbrio do sistema familiar (Minuchin, 1974), sendo a coparentalidade um dos fatores relacionais que parece desempenhar um papel relevante e protetor na manutenção desse equilíbrio, desde fases primordiais da parentalidade (Eira Nunes et al., 2021; Feinberg, 2002, 2009).

### **Coparentalidade**

Por definição, a coparentalidade refere-se ao modo como os progenitores se articulam e interagem entre si ao nível dos papéis parentais (Feinberg, 2002; Kuersten-Hogan & McHale, 2021), do ponto de vista emocional e instrumental (McHale & Lindahl, 2011), e instaura-se quando dois indivíduos assumem responsabilidades nos cuidados de uma ou mais crianças (Feinberg, 2003). Esta dinâmica contempla apenas os aspetos relacionados com os cuidados parentais, excluindo, por isso, outros aspetos presentes na relação da díade (e.g., aspetos românticos). É ainda possível conceptualizar a coparentalidade em termos de estrutura externa e interna, estando a primeira associada às interações estabelecidas entre a díade e a segunda, por oposição, relacionada com as perceções, sentimentos e crenças que cada elemento detém acerca de si e do parceiro e que, por sua vez, influenciam o comportamento coparental (Van Egeren & Hawkins, 2004). A relação coparental corresponde, por isso, a um processo diádico e contextual (Van Egeren & Hawkins, 2004), que se vai construindo por via da interação entre as manifestações comportamentais e as representações psicológicas e emocionais de cada um dos progenitores (Lamela et al., 2010) e com base no qual se desenvolvem outros processos familiares (Weissman & Cohen, 1985).

De acordo com o Modelo Ecológico da Coparentalidade, conceptualizado por Feinberg (2003) para avaliar os antecedentes e consequentes da coparentalidade, esta é influenciada pela interação entre três conjuntos de fatores - características individuais dos progenitores e da criança, fatores familiares e fatores extrafamiliares/contextuais (Feinberg, 2002). Como fatores individuais do adulto, têm sido destacados os fatores cognitivos, como atitudes e expectativas do adulto face à parentalidade (e.g., papéis de género), e os fatores afetivos (i.e., estado psicológico e emocional). No que concerne à criança, é destacada a influência do seu temperamento (Feinberg, 2002, 2003). Os principais fatores familiares identificados são a relação parental, nomeadamente a satisfação conjugal (Feinberg, 2003; Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013; Van Egeren, 2004), e no contexto extrafamiliar, assinalam-se os efeitos de fatores de suporte ou de *stress* que interfiram na dinâmica familiar (e.g., fatores socioeconómicos; Feinberg, 2003). Por sua vez, a conjugação destes três fatores tem implicações na parentalidade, ao nível do ajustamento e práticas parentais, bem como implicações no desenvolvimento infantil (Feinberg, 2002, 2003).

Em termos da sua estrutura, a relação coparental é moldada por quatro dimensões distintas, porém relacionadas entre si (Feinberg, 2003): “*Child Agreement*”, que reflete o nível de acordo entre os progenitores em domínios como valores morais, regras, necessidades emocionais e educação das crianças; “*Division of Labor*”, isto é, como é estabelecida a divisão de tarefas e responsabilidades relacionadas com os cuidados e rotinas diárias das crianças e outros aspetos da gestão familiar; “*Support/Undermining*”, que se relaciona com o grau de apoio ou de subversão entre os progenitores, reconhecimento e afirmação da competência e respeito pelas contribuições um do outro; e, por último, “*Joint Family Management*”, que remete para o modo como os progenitores se responsabilizam pela gestão do seu comportamento e das interações entre os elementos da família e que engloba a existência de conflito interparental e de coligações e triangulações, e a procura de equilíbrio nas interações com a criança, entre os pais, em termos de tempo e de envolvimento. Posteriormente, foi adicionada uma quinta dimensão, denominada “*Parenting-based Closeness*”, que encerra em si os sentimentos de proximidade e felicidade que podem emergir da partilha e parceria estabelecida pela díade em prol do desenvolvimento da criança (Feinberg et al., 2012). Ainda, além das características da relação coparental enumeradas no Modelo Ecológico da Coparentalidade (Feinberg, 2003, 2012), casais primíparos reconhecem esta etapa como uma oportunidade de crescimento individual e conjugal, constituindo a dimensão “*Learning and Development*” (Ranta et al., 2023).

Segundo Favez e colaboradores (2023), é possível categorizar as dimensões enumeradas por Feinberg (2003, 2012) em sete índices, dos quais cinco, i.e., concordância, proximidade, suporte, divisão de tarefas e apoio da parentalidade do parceiro contribuem de forma positiva para a relação coparental, por oposição à sabotagem e exposição ao conflito intraparental, que se associam a menor suporte instrumental e emocional e acentuam o impacto negativo dos desafios enfrentados pelo indivíduo e pelo casal nesta fase de vida. Neste sentido, uma relação coparental de qualidade pressupõe que ambos os pais se envolvem ativamente na educação e nos cuidados aos filhos e assenta num elevado grau de suporte mútuo e cooperação, baixo nível de conflito e adequada capacidade de gestão dos momentos de discórdia (Pan et al., 2025).

### ***Coparentalidade no Período Pré-natal***

A coparentalidade é entendida como um processo interpessoal e intrapsíquico importante no desenvolvimento do adulto (McHale et al., 2004; Van Egeren & Hawkins, 2004; Güre et al., 2025), cujo surgimento parece ocorrer no período pré-natal (Darwiche et al., 2016; Kuersten-Hogan, 2017; Van Egeren, 2003). Nesta fase, a relação coparental parece construir-se sob a forma de representações, as quais vão sendo elaboradas ao longo do processo de preparação comportamental, emocional e psicológica para a chegada do bebé (Feinberg, 2002) e possibilitam que a dinâmica coparental se vá estabelecendo. Com base no modelo proposto por Feinberg (2003), a coparentalidade no período pré-natal, em casais heterossexuais, parece refletir-se predominantemente sob a forma de expectativas de cooperação e expectativas de conflito (Lindroos et al., 2023). As expectativas de cooperação englobam expectativas de apoio, proximidade e reforço mútuo da competência e do papel parental, contrariamente às expectativas de conflito, que se associam a uma visão da relação futura marcada pelo uso da crítica, por maior discórdia e pela exposição da criança ao conflito interparental (Lindroos et al. 2023).

Ainda que o conhecimento relativo à coparentalidade no período pré-natal continue reduzido (Lindroos et al., 2025; Masui & Yamazaki, 2024), tem-se vindo a verificar a existência de uma associação entre as perceções e representações de coparentalidade na gravidez e no pós-parto (McHale et al., 2004). A evidência tem apontado para a relativa estabilidade temporal dos níveis de coparentalidade de um casal nos primeiros anos de vida da criança (McHale & Rotman, 2007; Schoppe-Sullivan et al., 2004) e o efeito das expectativas pré-natais no comportamento parental parece persistir, pelo menos, até aos 30 meses pós-parto (McHale & Rotman, 2007). Por exemplo, Riggs e colaboradores (2018), com base em entrevistas realizadas a casais durante a gravidez e seis meses após o parto, verificaram que as expectativas pré-natais

sobre as mudanças intra e interpessoais que ocorrem na transição para a parentalidade se encontram associadas às experiências parentais, após o nascimento do bebê. Especificamente, casais que antecipam as dificuldades do pós-parto durante a gravidez relatam experiências mais positivas após o nascimento do bebê, contrariamente a casais que perspetivam a futura chegada do filho como algo imprevisível e cujos desafios não podem ser antecipados (Riggs et al., 2018). Do mesmo modo, em estudos que recorrem a metodologias observacionais, a coparentalidade pré-natal atua com um preditor das representações e comportamentos de coparentalidade, após o nascimento do bebê (Alterburger et al., 2014; Kuersten-Hogan, 2017). Em particular, verifica-se que a qualidade dos comportamentos de coparentalidade durante a gravidez se encontra associada a maiores níveis de suporte e menores níveis de sabotagem dirigidos ao parceiro, quando controlados os efeitos da satisfação com a relação conjugal (Alterburger et al., 2014). Esta tendência também se manifesta quando se utilizam conjuntamente medidas de autorrelato e protocolos de observação, verificando-se que as expectativas de coparentalidade de ambos os progenitores e as suas crenças face à parentalidade surgem como preditores do grau de coesão e conflitualidade coparental em tarefas de interação triádica, três meses após o parto (McHale & Rotman, 2007). Outros autores concluem, ainda, que perceções de coparentalidade mais negativas no terceiro trimestre da gestação se encontram associadas a interações menos cooperativas e com menores níveis de afeto, três meses após o parto (McHale et al., 2004).

Além disso, as expectativas de cada uma das figuras parentais acerca do funcionamento da relação coparental, relativamente a si ou ao cônjuge, têm mostrado influenciar o comportamento de ambos durante a transição para a parentalidade (Campbell, 2022). Os efeitos diádicos parece ser também extensíveis aos comportamentos coparentais e experiências emocionais de cada progenitor, havendo evidência de que, durante a gravidez, a sincronia e coordenação entre progenitores, em sentido direto, e a retirada, o uso da crítica e demonstração de afeto negativo, em sentido inverso, predizem o surgimento de sintomas depressivos no pós-parto, em casais primíparos, o que corrobora a existência de uma associação entre a coparentalidade pré-natal e indicadores pós-natais de saúde mental dos progenitores (Estlein & Shai, 2023, 2024).

Atendendo ao facto de parecer existir uma associação entre perceções e comportamentos de coparentalidade e as práticas parentais (Margolin et al., 2001), torna-se relevante compreender os fatores que moldam a relação coparental e as expectativas associadas à mesma, numa fase em que é possível intervir precocemente e em que a intervenção poderá ser facilitada

pela maior maleabilidade das crenças e percepções relativas à dinâmica parental (Campbell, 2022; Feinberg, 2002; Feinberg et al., 2009).

### **Igualdade de Género e Coparentalidade**

A coparentalidade assume um carácter subjetivo e dinâmico, influenciado pelas crenças, valores e expectativas dos progenitores no que diz respeito às práticas parentais, as quais, por sua vez, são moldados pelo contexto sociocultural e económico a que pertencem (Feinberg, 2003; Kekkonen et al., 2023). No entanto, embora se saiba que as características individuais das figuras parentais são um dos determinantes da coparentalidade, este aspeto tem sido pouco aprofundado do ponto de vista empírico e a literatura é escassa no estudo dos efeitos diádicos das percepções e crenças sobre os papéis de género dos progenitores na coparentalidade (Kuo et al., 2017; Wang & Schoppe-Sullivan, 2025).

Por definição, os papéis de género dizem respeito aos comportamentos e responsabilidades expectáveis por parte de um género, com base nas normas sociais vigentes (Lindsey, 2016). Neste sentido, dizem respeito às expectativas internalizadas acerca do modo como homens e mulheres devem agir e às crenças acerca das tarefas apropriadas para cada género (Pinho & Gaunt, 2021). Na parentalidade, a igualdade de género envolve a percepção de justiça na divisão de responsabilidades e recursos associados à esfera familiar, entre os progenitores (Feinberg, 2002). Assim, não implica necessariamente igual divisão das tarefas, mas sim, que tal divisão seja percecionada como justa pelos membros da díade (Feinberg, 2002). Por esse motivo, a igualdade percebida é também influenciada pelo contexto sociocultural (Feinberg, 2003), já que o conceito e representações que dele derivam são socialmente construídas (Lindsey et al., 2016), havendo evidência de que gerações mais novas possuem atitudes mais igualitárias face à parentalidade e à divisão do trabalho entre os parceiros, em comparação com as anteriores (Baxter et al., 2014; Rogers & Amato, 2000). Além disso, estas representações são mutáveis ao longo do tempo, não só a nível social como intraindividual (Baxter et al., 2014), sendo a transição para a parentalidade um evento que tende a contribuir significativamente para a mudança no modo como homens e mulheres percecionam os seus papéis (Baxter et al., 2014; Cowan & Cowan, 2000; Perales et al., 2018).

No contexto português, ainda que, atualmente, se venha a verificar um maior envolvimento do homem nos cuidados domésticos e parentais, as mulheres perspetivam desigualdades nesta divisão de responsabilidades, crendo que, com o nascimento de um filho recairá sobre elas mais do dobro das tarefas domésticas e parentais (Sagnier & Morrell, 2019).

Além daquilo que são as expectativas, verifica-se, efetivamente que, aquando da transição para parentalidade, o desequilíbrio existe e parece acentuar-se (Dew & Wilcox, 2011; Katz-Wise et al., 2010; Perales et al., 2018), particularmente em casais primíparos (Katz-Wise et al., 2010), sendo a figura materna quem continua a assumir principalmente esse tipo de tarefas, quer esteja ou não ativa profissionalmente (European Institute of Gender Equality, 2024; Diniz et al., 2024; OCDE, 2021; Sagnier & Morell, 2019). Nesta fase da vida do casal, os progenitores do género masculino parecem adotar uma perspetiva mais tradicionalista no que concerne à conjugação trabalho-família por parte da parceira (Baxter et al., 2014; Perales et al., 2018) e, de facto, no pós-parto, tanto a sua participação nas tarefas domésticas, como o envolvimento parental se reduzem, defraudando a visão, ainda que já desigual, que a mãe possuía sobre o contributo do companheiro (Sagnier & Morell, 2019). Consequentemente, a dificuldade em conjugar os múltiplos papéis (i.e., laboral, conjugal e parental) é sentida sobretudo pelas mulheres (Feeney et al., 2001), que apontam a perceção de desequilíbrio na divisão de responsabilidades associadas à organização e execução das tarefas e cuidados como um dos fatores que mais afeta o seu bem-estar no pós-parto (Lévesque et al., 2020; Riggs et al., 2018).

A literatura tem sugerido a existência de diferenças significativas entre homens e mulheres no que diz respeito à perceção de apoio mútuo e divisão de tarefas associadas à parentalidade, com os pais a reportarem valores mais elevados de apoio por parte da mãe (Favez & Bader, 2024), contrariamente às mães, que avaliam de forma mais negativa o grau de cooperação e suporte dos parceiros, confirmando o estereótipo de género (Margolin et al., 2001). Especificamente, mulheres que, em fase pré-natal, expressaram maior pessimismo face à solidariedade coparental futura, registam também discrepâncias significativamente maiores entre as suas visões da parentalidade e as dos seus parceiros e entre a divisão esperada e ideal das tarefas associadas ao cuidado da criança (McHale & Rotman, 2007). Por oposição, nos homens, perspetivas mais negativas da dinâmica familiar, no futuro, não estão significativamente associadas a nenhum dos dois indicadores, o que sugere que os homens não parecem basear as suas preocupações com o futuro da família nas diferenças percebidas entre papéis de género ou na antecipação de desigualdades na divisão das tarefas e responsabilidades parentais (e.g., alimentação, higiene; McHale & Rotman, 2007).

Em casais que vivem de acordo com configurações mais tradicionais, ainda são frequentemente observadas crenças associadas à perspetiva do essencialismo biológico (Gaunt, 2009), que veicula uma superioridade inata das mulheres para assumir papéis de cuidado, decorrente das suas características biológicas (Bem, 1993). Estas visões mais tradicionais e a

sua consequente expressão têm mostrado estar associadas a maiores níveis de conflito coparental (Campbell et al., 2022). Tal aspeto verifica-se também quando considerada a interdependência das figuras parentais, havendo evidência de que perceções mais tradicionais acerca dos papéis de género de uma das figuras parentais se encontram associadas a maior frequência de conflito coparental reportada pela outra (Kuo et al., 2017). A diferenciação de papéis de acordo com as expectativas tradicionalmente associadas ao género pode também refletir-se na dificuldade, por parte da mãe, em partilhar responsabilidades e flexibilizar o envolvimento paterno (i.e., *maternal gatekeeping*; Allen & Hawkins, 1999; Schoppe-Sullivan et al., 2021a, 2021b). Embora estes comportamentos e atitudes possam não ser deliberados, o aumento da sua frequência encontra-se associado a menor suporte coparental e menor qualidade dos comportamentos parentais paternos, no pós-parto (Schoppe-Sullivan et al., 2021a, 2021b), bem como à expressão de sentimentos de exclusão familiar por estes progenitores (Fischer et al., 2023). Quando são os pais a possuir crenças menos progressistas, a qualidade dos seus comportamentos parentais parece ser mais condicionada pelos comportamentos de suporte que percecionam por parte da mãe (Wang & Schoppe-Sullivan, 2025).

Contrariamente, a adoção, por parte das mães, de uma perspetiva mais igualitária surge positivamente associada à cooperação coparental do parceiro, no período pré-natal (Kuo et al., 2017), bem como a maiores níveis de ajustamento diádico e de proximidade coparental (Olsavsky et al., 2020). Quando as mães exibem crenças mais igualitárias sobre o papel do pai na parentalidade e incentivam a sua participação, estes reportam maior sensação de envolvimento e maior competência na interação com a criança, verificando-se, ainda, que pais que percecionam relações coparentais de maior qualidade, reportam maior perceção de suporte e menores níveis de criticismo maternos (Schoppe-Sullivan et al., 2008). De facto, os homens reportam sentimentos mais positivos face à parentalidade e uma melhor adaptação quando experienciam maior envolvimento nos cuidados e, especialmente, quando sentem que existe cooperação entre a díade coparental (Baldwin et al., 2018). Quando os pais adotam perspetivas mais igualitárias, verifica-se a mesma tendência nos níveis de cooperação e uma associação negativa com a conflitualidade coparental, durante a gravidez e nos primeiros meses de vida do bebé (Kuo et al., 2017). Do mesmo modo, quando, na gravidez, os pais expressam crenças mais positivas sobre o envolvimento paterno, apresentam uma atitude mais cooperativa e uma reduzida frequência de comportamentos de sabotagem e de desvalorização da parentalidade da mãe, no pós-parto (Schoppe-Sullivan et al., 2021b).

Estes resultados ilustram que as diferenças entre as crenças dos progenitores sobre a parentalidade parecem predizer o ajustamento coparental no pós-parto (McHale & Rotman, 2007) e sugerem a existência de uma influência diádica no que concerne às perspetivas sobre os papéis de género dos progenitores e à coparentalidade. Além disso, destacam o papel regulador da mãe, dado que o encorajamento da participação do pai por parte desta parece desempenhar um papel significativo nas associações entre a qualidade da coparentalidade e o envolvimento paterno percebido e observado a nível comportamental, quando consideradas as crenças paternas sobre o seu papel na parentalidade e sobre a qualidade da relação coparental (Schoppe-Sullivan et al., 2008; Schoppe-Sullivan et al., 2021b).

### **Satisfação Conjugal e Coparentalidade**

A satisfação conjugal corresponde a uma das facetas do conceito de *qualidade da relação conjugal* (Stroud et al., 2011) e define-se como uma avaliação subjetiva da mesma, remetendo para o grau em que a relação possibilita a satisfação de necessidades, expectativas e desejos de cada indivíduo (Ronaghan et al., 2024). Embora a relação conjugal e a coparentalidade se enquadrem em esferas distintas, tem sido apontada a sua estreita ligação (Margolin et al., 2001; Ronaghan et al., 2024; Schoppe-Sullivan et al., 2004), com a relação coparental a adotar um papel central nas associações que envolvem a relação conjugal e a parentalidade (Feinberg, 2003).

Considerando a perspetiva dos ciclos de vida da família (Relvas, 2000), a etapa da formação do casal tende a preceder a etapa do nascimento dos filhos. Neste sentido, o desenvolvimento do subsistema parental é também um produto das características individuais dos progenitores e das características da relação conjugal, em particular, das capacidades para demonstrar suporte e respeito (Feinberg, 2003) e dos recursos para a resolução de problemas e gestão de conflitos de que o casal já dispunha (Van Egeren, 2003). Por consequência, o subsistema conjugal parece atuar como principal fonte de suporte para a díade parental, particularmente em períodos de maior *stress* na vida do casal, como a transição para a parentalidade (Shapiro et al., 2000; Van Egeren, 2004). Além disso, a relação conjugal constitui-se como uma importante influência na emergência e manutenção dos processos de prestação de cuidados parentais (Belsky, 1984), na medida em que o afeto positivo e os comportamentos colaborativos já presentes contribuem positivamente para a capacidade de prestarem suporte mútuo e de se coordenarem no desempenho da parentalidade (Morrill et al., 2010).

Tendencialmente, a transição para a parentalidade afeta negativamente a satisfação conjugal e os seus níveis antes do nascimento de um filho mostram ser um forte indicador do modo como esta transição é gerida pelo casal (Bogdan et al., 2022). Comparativamente a casais sem filhos, casais aos quais nasce um primeiro filho reportam maiores níveis de satisfação conjugal antes da gravidez (Shapiro et al., 2000) e experienciam um declínio significativamente superior ao longo do tempo (Lawrence et al., 2008; Shapiro et al., 2000), acompanhado de um aumento da conflitualidade conjugal (Christopher et al., 2015). Especificamente, verifica-se um decréscimo da satisfação conjugal em cerca de metade dos casais após o nascimento do filho (Bogdan et al., 2022; Feeney et al., 2001; Shapiro et al., 2000) e esta tendência decrescente ocorre também em casais não primíparos, que apresentam *à priori* menores níveis de satisfação conjugal (Figueiredo & Conde, 2015; Twenge, 2003) e um decréscimo mais súbito da mesma (Doss & Rhoades, 2017), face a casais à espera do primeiro filho ou sem filhos. Ainda, a satisfação conjugal de um dos parceiros regista um maior decréscimo, no pós-parto, quando o outro elemento da díade reporta a mesma tendência (Bogdan et al., 2022). Esta diminuição da satisfação conjugal no período pré-natal e após o nascimento do bebé pode constituir-se como um importante fator de risco, na medida em que a relação entre o casal tende a funcionar como alicerce para a coparentalidade (Halford et al., 2010; Le et al., 2016) e estudos longitudinais apontam para a existência de uma associação negativa entre conflito conjugal e cooperação coparental, indicando que em contextos de maior conflitualidade conjugal, a qualidade da coparentalidade pode estar comprometida (Margolin et al., 2001).

Na transição para a parentalidade, as mulheres reportam uma diminuição mais acentuada da satisfação conjugal (Bower et al., 2013; Twenge, 2003), em virtude das exigências emocionais e físicas da gravidez, parto e amamentação (Cowan & Cowan, 2000; Feeney et al., 2001). Ainda, o número de filhos surge negativamente associado à satisfação conjugal materna (Kowal et al., 2021), e a diminuição do tempo de qualidade com o parceiro demonstrou mediar a associação entre a transição para a parentalidade e o declínio da satisfação conjugal (Dew & Wilcox, 2011). Do ponto de vista paterno, o planeamento da gravidez tem-se associado a maior satisfação com a relação durante a gestação e a um declínio mais lento da mesma após o parto (Lawrence et al., 2008), verificando-se, também, maiores níveis de satisfação conjugal em homens primíparos comparativamente aos que experienciam a chegada de outro filho (Bower et al., 2013). Analisando a influência recíproca entre o casal, verifica-se que, em mulheres com filhos, os níveis de satisfação com a relação mantêm-se mais estáveis ao longo do tempo quando os parceiros expressam maiores níveis de afeto positivo (Bogdan et al., 2022). Por seu turno, a

expressão de emoções negativas, aliada a um padrão de criticismo e desilusão com a relação, por parte do companheiro, encontra-se associada a uma descida mais acentuada dos níveis de satisfação conjugal reportados pela mulher (Shapiro et al., 2000). Complementarmente, Bower e colegas (2013) verificam que ambos os progenitores reportam menor satisfação com a relação, no período pré-natal, quanto maiores os níveis de emocionalidade negativa do cônjuge (i.e., alterações de humor, agressividade, alienação).

Num estudo que pretendia analisar o papel preditor da qualidade da relação conjugal, em casais à espera do primeiro filho, na qualidade da relação coparental, considerando a interdependência da díade, observou-se que o declínio da satisfação conjugal paterna, após o parto, é um preditor de maiores níveis de competitividade maternos e de menor envolvimento paterno e que maior insatisfação conjugal reportada pelo pai prediz menor cooperação coparental (Christopher et al., 2015). Também após o nascimento do bebé, a satisfação conjugal paterna encontra-se negativamente associada ao recurso à crítica ou a comportamentos, por parte da mãe, que invalidem as decisões do cônjuge (Van Egeren & Hawkins, 2004). No mesmo sentido, Margolin e colaboradores (2001), num estudo em casais com filhos em diferentes faixas etárias, verificam que as perceções de conflito conjugal de ambos os elementos da díade se associam às perceções de coparentalidade que possuem acerca do parceiro, no que concerne à cooperação, triangulação e conflito. Kuo et al. (2017) reportam também efeitos diádicos, verificando que os níveis de satisfação conjugal de ambos os membros do casal se encontram positivamente associados à cooperação e negativamente associados ao conflito coparental dos próprios e dos cônjuges, em casais à espera do segundo filho. Apesar desta associação, os efeitos intrapessoais parecem ser mais fortes para as mães, com a sua satisfação conjugal a ter maior influência sobre a sua própria perceção da qualidade da relação coparental (Liu & Wu, 2018; Kuo et al., 2024).

Outro dos aspetos a destacar diz respeito a uma maior influência da satisfação conjugal na paternidade, comparativamente à maternidade (Belsky et al., 1991; Stroud et al., 2011), na medida em que parece existir um maior contributo da satisfação conjugal da mãe para as práticas parentais paternas, em casais com filhos (Kuo et al., 2017). Também outros autores corroboram esta perspetiva, verificando que o envolvimento e eficácia parental paternos são reforçados pela qualidade da relação conjugal (Chen et al., 2022). Ainda, interações conjugais mais positivas, no terceiro trimestre de gravidez, têm surgido associadas a uma maior qualidade da parentalidade e coparentalidade paternas, após o nascimento do bebé (Schoppe-Sullivan et al., 2021a). Embora tais achados não sejam consistentes (Park et al., 2023), dado que outros

autores verificam que a satisfação conjugal paterna afeta de forma mais expressiva a coparentalidade materna percebida do que o contrário (Liu & Wu, 2018), os resultados parecem sugerir que os comportamentos de *gatekeeping* maternos tendem a ser igualmente extensíveis à relação conjugal, na medida em que uma maior satisfação conjugal por parte da mãe se associa a uma maior disponibilidade para incluir e apoiar o pai no desempenho do papel parental (Pedro et al., 2012), do mesmo modo que se verifica que, quando as mães reportam maior conflito conjugal, ocorre uma diminuição do suporte prestado ao parceiro (Christopher et al., 2015). Além disso, o envolvimento paterno e o suporte coparental percebido pelas mães encontra-se positivamente associado à qualidade da relação conjugal das mesmas, de acordo com McClain e Brown (2017), o que reflete a interdependência e o contributo de ambos os parceiros para o sucesso da relação conjugal e coparental. Neste sentido, parece existir um efeito de *spillover* da satisfação experienciada na relação conjugal para o funcionamento da relação de coparentalidade e percepções associadas à mesma (Pedro et al., 2012; Sears et al., 2015; Stroud et al., 2011), bem como dos sentimentos que motivam a entreaajuda e os comportamentos de apoio (Campbell, 2022), nomeadamente no modo como a satisfação conjugal materna regula os comportamentos coparentais e as práticas parentais paternas (Christopher et al., 2015; Pedro et al., 2012).

A satisfação com a relação conjugal tem demonstrado estar associada à qualidade da coparentalidade em casais primíparos ou com filhos (Carone et al., 2017; Kuo et al., 2017; McHale et al., 2004; Schoppe-Sullivan et al., 2004). Em concreto, verifica-se que, durante a gestação, maiores níveis de satisfação com a relação conjugal se encontram associados a maiores percepções de suporte, respeito e partilha de responsabilidades parentais entre o casal (Van Egeren & Hawkins, 2004), associação que se mantém nos primeiros meses após o parto (Kuo et al., 2017; Le et al., 2016; Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013; Van Egeren, 2004). Além disso, a força do vínculo entre o casal parece contribuir positivamente para o modo como os progenitores se ligam afetivamente ao bebé durante a gravidez (Michalek-Kwiecień et al., 2022) e a qualidade da relação conjugal surge positivamente associada às expectativas que constroem sobre a cooperação coparental futura (Lindroos et al., 2023). Contudo, ainda é escasso o conhecimento relativamente ao modo como estas associações se estabelecem e qual o papel das mesmas em etapas mais precoces da relação coparental (Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013), especificamente no período pré-natal.

### **Igualdade de Género e Satisfação Conjugal**

A satisfação com a relação conjugal tem demonstrado ser construída e moldada pelos padrões de interação e comunicação entre o casal (Lavner, et al., 2016; Yoo, 2020). A evidência disponível tem sugerido a existência de uma associação entre as atitudes face aos papéis de gênero e os níveis de satisfação conjugal, no entanto a abordagem diádica tem sido pouco utilizada no estudo desta associação.

Nas gerações mais recentes, os casais parecem apresentar atitudes menos tradicionais em termos dos papéis de gênero, com maior participação do homem nas tarefas domésticas e uma partilha mais equitativa da influência de cada parceiro no casamento (Rogers & Amato, 2000). Anteriormente, as consequências dessa mudança de perspectiva, sobretudo por parte das mulheres, pareciam estar associadas ao aumento dos níveis de discórdia conjugal e ao declínio da satisfação conjugal (Amato & Booth, 1995), explicados por maiores índices de conflito trabalho-família (Rogers & Amato, 2000) e essa associação negativa com a conciliação de papéis ainda é verificada por alguns autores, tanto do ponto de vista feminino (Yoo, 2020), como masculino (Baldwin et al., 2018).

Mais recentemente, o decréscimo na qualidade da relação conjugal tem sido explicado pela divisão de tarefas associadas à parentalidade de uma forma que seja percebida como injusta por um ou por ambos os parceiros (Feeney et al. 2001; Chong & Mickelson, 2016), pois, ainda que visões mais tradicionais não se revelem preditoras diretas da satisfação conjugal, a percepção de injustiça interfere negativamente com a relação conjugal (Twenge et al., 2003; Dew & Wilcox, 2011). Neste sentido, percepções de maior equidade na divisão de tarefas e responsabilidades têm surgido associadas a relatos de um vínculo afetivo mais forte entre o casal e de maior satisfação com a relação (Chong & Mickelson, 2016; Helms et al., 2019) e, em Portugal, mulheres em relações heterossexuais reportam que um dos aspetos que mais contribui para a sua felicidade conjugal é a participação ativa do companheiro nas tarefas domésticas (Sagnier & Morell, 2019). Neste sentido, uma percepção de equilíbrio na divisão do trabalho não pago entre o casal, onde se incluem os cuidados aos filhos, parece contribuir para uma maior realização e satisfação da mulher na conjugalidade (Sagnier & Morell, 2019).

Considerando a interdependência do casal, também se verifica que perante uma maior frequência de comportamentos de *gatekeeping* maternos, os pais reportam uma visão mais negativa sobre a relação conjugal e a qualidade da mesma (Fischer et al., 2023), corroborando a tendência para a existência de maiores níveis de satisfação conjugal nos casais nos quais os cônjuges apresentam atitudes menos tipificadas em relação aos papéis conjugais (Helms et al., 2019). Também no pós-parto, o envolvimento parental e a partilha de responsabilidades nos

cuidados ao bebé associam-se positivamente ao ajustamento psicológico materno, por via da qualidade da relação conjugal (Zhang & Razza, 2022), e a partilha de licença parental revela-se associada a melhor qualidade da relação conjugal, de acordo com os progenitores do género masculino, 18 meses após o nascimento do bebé (Lidbeck & Bernhardsson, 2021).

## **O Presente Estudo**

Como referido, a transição para a parentalidade configura-se como um processo crítico no ciclo vital familiar, marcado por reestruturações significativas a nível individual, conjugal e familiar (Canavarro, 2001; Lévesque et al., 2020). A literatura tem vindo a demonstrar que a relação coparental começa a ser delineada ainda no período pré-natal, sustentada nas representações individuais que cada progenitor forma acerca de si próprio, do parceiro e da díade parental, bem como das representações que os futuros progenitores constroem acerca da gravidez e da parentalidade (Darwiche et al., 2016; Kuersten-Hogan, 2017; Van Egeren, 2003). Além disso, as dinâmicas parentais estabelecidas durante a gravidez parecem predizer significativamente o ajustamento coparental (Feinberg, 2002; Margolin et al., 2001) e o desempenho parental, no pós-parto (Alternburger et al., 2014; Feinberg, 2002, 2003; Kuersten-Hogan, 2017). Como tal, torna-se relevante compreender, desde a gestação, fatores que possam contribuir para o estabelecimento e qualidade da relação coparental, com vista a colmatar lacunas na psicologia perinatal relativas a estudos que contemplem as dinâmicas familiares (Seefeld et al., 2022).

De acordo com os modelos de Belsky (1984) e Feinberg (2002) e com base na literatura disponível, as características individuais dos progenitores parecem influenciar direta e indiretamente, por intermédio da relação conjugal, a qualidade da coparentalidade. Por este motivo, embora o modelo ecológico de coparentalidade de Feinberg (2003) sugira a existência de preditores ao nível da criança, dos pais e da família, a maioria dos estudos na área tem privilegiado a qualidade e satisfação conjugal como principal variável explicativa da coparentalidade, dando menor relevo às características individuais dos progenitores, como as crenças sobre papéis de género. No entanto, estas podem também exercer uma influência significativa, já que são moldadas pelas normas socioculturais que vigoram no contexto em que a relação conjugal e coparental emerge (Canavarro, 2001).

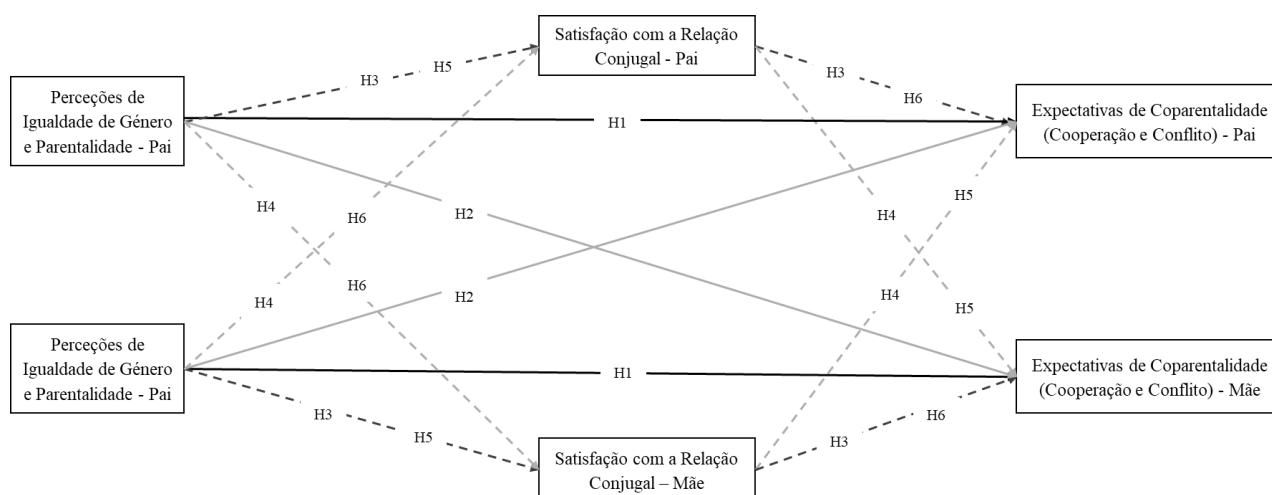
De facto, a evidência empírica tem demonstrado que a transição para a parentalidade está frequentemente associada ao declínio na satisfação conjugal, em grande parte atribuído à perceção de desigualdade ou injustiça na divisão das tarefas parentais e domésticas, diminuição

do tempo de qualidade com o parceiro e a outras exigências físicas, emocionais e psicológicas que surgem neste período da vida das famílias (Feeney et al., 2001; Dew & Wilcox, 2011). No que concerne à influência indireta das crenças e atitudes relativas aos papéis de gênero na coparentalidade, casais que encaram a parentalidade como um projeto conjunto e cooperativo tendem a perceber esta transição como promotora de coesão conjugal, em contraste com aqueles que esperam que a relação conjugal, por si só, mitigue os desafios emergentes (Riggs et al., 2018). Além disso, casais que vivem de acordo com perspectivas mais igualitárias, avaliam de forma mais positiva a relação conjugal (Chong & Mickelson, 2016; Helms et al., 2019), estando também este tipo de configurações familiares positivamente associado a maior cooperação, proximidade e envolvimento coparental (Olsavsky et al., 2020). Por este motivo, a avaliação das expectativas parentais durante a gravidez e a promoção de competências coparentais no período pré-natal podem constituir-se como estratégias preventivas relevantes, com implicações positivas para a adaptação à parentalidade e para o funcionamento familiar.

Assim, tendo em conta o contributo das expectativas e comportamentos de coparentalidade pré-natais na dinâmica parental após o nascimento de um filho (Feinberg, 2003), o presente estudo visa examinar, do ponto de vista diádico, o papel mediador da satisfação conjugal na associação entre as percepções de igualdade de gênero e expectativas de coparentalidade, em casais heterossexuais em fase de gravidez. Para tal, recorre-se a uma abordagem diádica que visa compreender as associações intrapessoais (i.e., efeitos de ator) e interpessoais (i.e., efeitos de parceiro) entre as variáveis, com base na interdependência entre os progenitores. As hipóteses encontram-se representadas na Figura 1 e são as seguintes: Antecipa-se que as percepções de igualdade de gênero dos homens e mulheres se encontram associadas às suas próprias expectativas de coparentalidade (H1: efeitos diretos de ator), bem como às do cônjuge (H2: efeitos diretos de parceiro). Especificamente, espera-se que maior igualdade de gênero se associe a expectativas de maior cooperação e de menor conflito coparental. Espera-se, ainda, que estas associações ocorram por via de maior satisfação conjugal do próprio (H3: efeito indireto de ator-ator; H5: efeito indireto de ator-parceiro) ou do cônjuge (H4: efeito indireto de parceiro-parceiro; H6: efeito indireto de parceiro-ator).

### **Figura 1**

*Modelo Representativo das Associações, Paternas e Maternas, entre as Percepções de Igualdade de Género e Parentalidade e as Expectativas de Cooperação e de Conflito Coparental, via Satisfação com a Relação Conjugal*



*Nota.* Os traços contínuos representam efeitos diretos, e os tracejados representam efeitos indiretos. As setas assinaladas a preto indicam efeitos de ator e as setas a cinzento indicam efeitos de parceiro. As Expectativas de Coparentalidade incluem as dimensões Cooperação Coparental e Conflito Coparental.

## Método

### Desenho de Investigação

O presente estudo é de carácter quantitativo, com um *design* descritivo, correlacional e transversal, pois a relação entre as variáveis de interesse é estudada a partir de dados recolhidos num único momento temporal (Pais-Ribeiro, 2010).

### Participantes

Como critérios de inclusão, estabeleceu-se que os participantes deveriam ter idade igual ou superior a 18 anos, residir em Portugal há pelo menos 12 meses e serem fluentes na língua portuguesa, serem pais biológicos do bebé, estarem numa relação romântica com o outro progenitor e estarem no segundo ou terceiro trimestre de gestação (i.e., idade gestacional igual ou superior a 12 semanas). Foram recrutados 186 casais heterossexuais em fase de gravidez. Destes, foram excluídos 12 casais pela ausência de preenchimento de um ou mais instrumentos por pelo menos um dos progenitores e os dados de 11 casais por se encontrarem ainda no primeiro trimestre de gestação, obtendo-se uma amostra final de 163 casais.

Os homens apresentaram uma idade média de 34.39 anos ( $SD = 5.35$ ) e as mulheres uma idade média de 32.51 anos ( $SD = 4.83$ ). A maioria da amostra possui nacionalidade portuguesa (88.8% dos pais; 86.5% das mães), seguida de nacionalidade brasileira (8.6% dos pais; 10.4% das mães). Relativamente às habilitações académicas, a maioria dos homens completou o ensino secundário (48.3%) ou uma licenciatura (28.8%), tendo atividade profissional predominantemente por conta de outrem (82.1%) ou por conta própria (18.5%). As mulheres possuem sobretudo habilitações literárias ao nível da licenciatura (40.1%) e encontram-se

maioritariamente empregadas por conta de outrem (73%). Cerca de um terço das mães encontra-se em situação de baixa médica por gravidez (37%). Dos participantes profissionalmente ativos, a maioria despende, em média, entre 35 e 40 horas semanais na sua ocupação laboral. Em termos socioeconómicos, o rendimento médio mensal do agregado situa-se, maioritariamente, na média ou acima da média face ao contexto português (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2024).

A quase totalidade dos casais coabita (97.5%), encontrando-se casado ou em união de facto. A duração da relação conjugal é de, em média, 8 anos ( $SD = 5.21$ ). Dois terços dos casais encontram-se no terceiro trimestre de gravidez (69.9%) e aproximadamente metade das gravidezes são consideradas de risco (45.3%) por fatores como hipertensão arterial, diabetes gestacional, descolamento da placenta ou pré-eclâmpsia. A maioria dos progenitores encontram-se a viver uma primeira experiência de gravidez (69.3% dos pais, 65.9% das mães; Tabela 1).

**Tabela 1**

*Dados Sociodemográficos*

	Mães ( $n = 163$ )		Pais ( $n = 163$ )	
	<i>M(DP), intervalo</i>		<i>M(DP), intervalo</i>	
Idade (Anos)	32.51(4.83), 20-43		34.39(5.35), 23-51	
	<i>n</i>	<i>%</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Nacionalidade				
Portuguesa	142	87.1	144	88.9
Outra	21	12.9	18	11.1
Grau de Escolaridade				
Ensino Básico (9º ano)	4	2.5	9	5.5
Ensino Secundário	44	27.2	69	42.3
Licenciatura	65	40.1	47	28.8
Mestrado	43	26.5	33	20.2
Doutoramento	6	3.7	5	3.1
Situação Laboral				
Trabalhador por conta de outrem	119	73.0	133	82.1
Trabalhador por conta própria	9	5.5	30	18.3
Desempregado	13	8.0	3	1.9
Trabalhador-estudante	1	0.6	1	0.6
Em situação de baixa médica	44	26.4	1	0.6
Número de Horas de Trabalho Semanais				
Abaixo de 35 horas	5		6	3.7
Entre 35 e 40 horas	119		105	
Acima de 40 horas	19		58	
Primiparidade				
Não	56	34.4	50	30.7

Sim	107	65.6	113	69.3
Rendimento Mensal Líquido do Agregado Familiar	<i>n</i>		<i>%</i>	
Abaixo de 2000 euros		38		24.7
Entre 2000 e 3000 euros		61		39.6
Acima de 3000 euros		52		33.8
Prefiro não responder		3		1.9
Situação Atual				
Em situação de coabitação		157		97.5
Numa relação, mas não a coabitar		4		2.5
Trimestre de Gravidez				
2º trimestre		49		30.1
3º trimestre		114		69.9
Gravidez de Risco				
Não		88		54.7
Sim		73		45.3
		<i>M(DP), intervalo</i>		
Duração da Relação (Anos)		8.35 (5.21), 0-28		

## Instrumentos

Os instrumentos utilizados integram o protocolo de uma investigação centrada na temática da saúde mental e dinâmicas familiares na transição para a parentalidade, que inclui um questionário de caracterização da amostra e diversas medidas de autorrelato. Em seguida, descrevem-se os instrumentos cujos dados foram considerados no presente estudo.

### *Questionário Sociodemográfico*

Foi elaborado um questionário sociodemográfico com o intuito de recolher informações sobre os progenitores (e.g., idade, escolaridade, situação laboral, diagnósticos médicos ou psicopatológicos, paridade), sobre a gravidez (e.g., tempo de gestação, risco materno-fetal) e sobre a relação conjugal (e.g., duração).

### *Escala de Igualdade de Género e Parentalidade*

Este instrumento de autorrelato (d’Orsi et al., s.d.) compreende sete itens que visam avaliar as perceções das diferenças biológicas entre os géneros e os papéis de género no contexto da parentalidade. A escala compreende duas dimensões: Igualdade, que agrega os itens 1, 2 e 7 (e.g., “*Os homens e as mulheres são diferentes*”) e que remetem para atitudes mais gerais face aos papéis de género, e Parentalidade, onde se incluem os restantes itens (e.g., “*As crianças precisam mais da mãe do que do pai.*”), que visam avaliar as atitudes face aos papéis parentais de homens e mulheres. Os itens são avaliados numa escala de resposta tipo Likert de

5-pontos (1 = *discordo fortemente*, 5 = *concordo fortemente*) e valores mais elevados correspondem a perspetivas mais discriminatórias dos papéis de género. No estudo de validação do instrumento para a população portuguesa obtiveram-se indicadores de uma consistência interna aceitável, tanto para a escala total ( $\alpha = .74$ ), como para ambas as dimensões (Igualdade:  $\alpha = .68$ , Parentalidade:  $\alpha = .64$ ). No presente estudo, por se centrar na temática da parentalidade, optou-se por incluir apenas a dimensão Parentalidade, que obteve valores de consistência interna aceitáveis ( $\alpha$  homens =  $.60$ ,  $\alpha$  mulheres =  $.70$ ).

### ***Escala de Avaliação da Relação (RAS)***

A Escala de Avaliação da Relação (RAS; Hendrick, 1988; Hendrick et al., 1998; versão portuguesa por Santos et al., 2000 [não publicado]; Lind, 2008) é uma medida de autorrelato constituída por sete itens que visam avaliar, de modo unifatorial, a satisfação do indivíduo com a relação romântica (e.g., “*Estou satisfeito com a nossa vida a dois*”). Os itens são respondidos numa escala tipo Likert de 5-pontos (1 = *discordo fortemente*, 5 = *concordo fortemente*), estando pontuações mais elevadas associadas a maiores níveis de satisfação conjugal. Para cálculo das pontuações, os itens 5 e 7 são invertidos. No estudo atual, o instrumento revelou uma boa consistência interna ( $\alpha$  homens =  $.88$ ,  $\alpha$  mulheres =  $.89$ ), concordante com a literatura anterior ( $\alpha$  homens =  $.91$ ;  $\alpha$  mulheres =  $.93$ ; Lind, 2008).

### ***Coparenting Relationship Scale — Couples’ Prenatal Version (CRS-CPV)***

A Escala de Relação Coparental – Versão Pré-Natal para Casais (CRS-CPV; Lindroos et al., 2023) destina-se a avaliar, durante a gravidez, as expectativas de cada um dos progenitores sobre a relação coparental e consiste numa versão reduzida da escala Escala de Relação Coparental – Versão Pré-Natal (Pinto et al. 2019), adaptada do instrumento criado por Feinberg e colaboradores (2012), originalmente constituído por sete dimensões e destinado a avaliar a qualidade da coparentalidade no período pós-natal.

A CRS-CPV é composta por 18 itens, que se agrupam em duas dimensões: Expectativas de Cooperação Coparental, constituída pelos itens 1 a 13 (e.g., “*A minha relação com o/a meu/minha companheira/o será mais forte depois de termos um filho*”) e Expectativas de Conflito Coparental, à qual pertencem os itens 14 a 18 (e.g., “*Por vezes, vamos ter interações tensas e sarcásticas em frente ao nosso filho*”). As respostas são fornecidas numa escala tipo Likert de 7-pontos (1 = *discordo fortemente*, 7 = *concordo fortemente*) e as pontuações de cada dimensão são obtidas através da pontuação média dos itens que as compõem. Considerando a formulação dos itens, cada progenitor relata as expectativas de coparentalidade referentes ao

parceiro, ao invés das expectativas do seu próprio comportamento futuro. Lindroos e colaboradores (2023) obtiveram indicadores de uma boa consistência interna em ambas as dimensões e para os dois progenitores (Expectativas de Cooperação Coparental:  $\omega$  homens = .84,  $\omega$  mulheres = .86; Expectativas de Conflito Coparental:  $\omega$  homens = .84,  $\omega$  mulheres = .84). No presente estudo, obtiveram-se valores idênticos aos reportados (Expectativas de Cooperação Coparental:  $\omega$  homens = .93,  $\alpha$  homens = .92,  $\omega$  mulheres = .93,  $\alpha$  mulheres = .92; Expectativas de Conflito Coparental:  $\omega$  homens = .84,  $\alpha$  homens = .83,  $\omega$  mulheres = .85,  $\alpha$  mulheres = .85).

## **Procedimento**

O presente estudo realiza-se no âmbito de um projeto de doutoramento em Psicologia Clínica sobre a saúde mental e dinâmicas familiares na transição para a parentalidade. O projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (referência: 2023.01408.BD) e obteve aprovação por parte da Comissão de Ética do Ispa – Instituto Universitário e de todas as instituições parceiras em que os dados foram recolhidos.

A recolha de dados decorreu entre outubro de 2024 e abril de 2025, através de técnicas de amostragem não probabilística, nomeadamente por conveniência e por bola-de-neve. A recolha realizou-se, maioritariamente, na modalidade presencial, nas salas de espera dos serviços de obstetria (i.e., maternidades, hospitais) de instituições públicas e privadas nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Norte. Adicionalmente, foi criado um *link*, via Qualtrics XM, que foi partilhado pela equipa de investigação nas redes sociais e através de um *flyer* de divulgação do estudo, também disponibilizado nos serviços de saúde onde ocorria a divulgação presencial.

O questionário compreendia uma secção inicial para recolha de dados sociodemográficos, seguida dos instrumentos para avaliar as perceções de igualdade de género, a satisfação com a relação conjugal e as expectativas de coparentalidade. Tanto *online*, como em papel, foram elaboradas diferentes versões do questionário, variando na ordem de apresentação das medidas de autorrelato. Estimou-se um tempo de preenchimento do questionário de 15 minutos. Na abordagem aos participantes, eram explicitados os objetivos do estudo, o carácter voluntário da participação e garantida a confidencialidade e anonimato das respostas. Era também esclarecido que a participação dos dois progenitores daria acesso a um sorteio de *vouchers* de 10€. Nos momentos de recolha presencial, as díades que manifestassem interesse em participar recebiam um envelope que continha dois formulários de consentimento

informado e duas cópias do questionário. Posto isto, era-lhes solicitado que respondessem individualmente e, preferencialmente, no local, e que, após o término, entregassem o envelope selado aos investigadores. Caso não fosse possível concluir o preenchimento no local, era pedido que o envelope fosse devolvido numa consulta seguinte e colocado numa caixa destinada para o efeito, ao cuidado dos funcionários administrativos do serviço.

No que concerne a considerações éticas, foi solicitado o consentimento informado, foram prestadas informações relativas às finalidades do estudo e da informação recolhida, e assegurado o anonimato e confidencialidade. Não estavam previstos riscos associados à participação. Solicitou-se a cada díade a criação de um código alfanumérico com as iniciais e datas de aniversário de ambos, para possibilitar o emparelhamento. Adicionalmente, foram recolhidos os contactos telefónicos e/ou endereços de correio eletrónico dos participantes interessados em participar no sorteio do *voucher*, em ter acesso a uma síntese dos principais resultados do estudo ou em receber mais informações para participar num *workshop* gratuito sobre desenvolvimento infantil, ministrado pela equipa de investigação. As informações de contacto foram armazenadas num ficheiro protegido e distinto da base de dados onde se encontravam as respostas ao questionário. O procedimento do estudo obedeceu aos princípios éticos e deontológicos da investigação em psicologia (American Psychological Association, 2017; Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2016).

A taxa de resposta dos questionários entregues presencialmente foi de, aproximadamente, 54%. Apenas 13% das respostas foram recolhidas *online*. Verificaram-se diferenças estatisticamente significativas nas Expectativas de Conflito Coparental entre os métodos de recolha (*Mann-Whitney U* = 5176.00,  $p < .05$ ), não se observando diferenças significativas nos restantes instrumentos.

### **Análise de Dados**

Para a análise de dados, foram utilizados o IBM® SPSS® Statistics (v.30) e a MEDYAD, uma macro computacional que, com base em modelos de equações estruturais e de regressão, permite a estimação de modelos de mediação diádicos, em díades distinguíveis (Coutts et al., 2019). Previamente, foram aferidos os valores de consistência interna dos instrumentos utilizados, através do cálculo do alfa de Cronbach e do ómega de McDonald. Procedeu-se à verificação dos pressupostos da normalidade das distribuições das variáveis de interesse através do teste de Kolmogorov-Smirnov, os quais foram violados, pelo que se optou pelo recurso a testes não paramétricos. Foram utilizadas técnicas de estatística univariada (e.g.,

frequências, média e desvio-padrão) e bivariada (e.g., correlação de Spearman). Considerou-se um nível de significância de  $p < .05$ .

Uma vez que se pretendia estudar a associação entre as percepções de igualdade de gênero, a satisfação com a relação conjugal e as expectativas de cooperação e conflito coparental numa perspectiva diádica, recorreu-se a um modelo de interdependência ator-parceiro, com mediação (APIMeM; Ledermann & Bodenmann, 2006; Ledermann et al., 2011). O uso da APIMeM pressupõe que os membros da díade são interdependentes, isto é, que os *outcomes* de cada um dependem das suas próprias características e das características do outro elemento (Kenny et al., 2006). Neste sentido, a análise contribui para a identificar a origem intrapessoal (i.e., efeitos de ator) ou interpessoal (i.e., efeitos de parceiro) dos efeitos diretos e indiretos das percepções de igualdade de gênero nas expectativas de coparentalidade, por via da satisfação conjugal. Dado que amostra consistia em casais heterossexuais, as díades foram classificadas como distinguíveis em função do gênero, por ser uma característica invariável que diferencia os progenitores de forma categórica (Kenny et al., 2006).

De modo a realizar a análise, procedeu-se ao cálculo da percentagem de dados em falta, por item, compreendida entre zero e 2.5%, valores que são considerados aceitáveis para realizar a imputação e posterior análise (Nisbet et al., 2018; Schafer & Graham, 2002; Steyerberg, 2019). Depois, procedeu-se à imputação dos dados em falta pela *expected maximization* (Rubin et al., 2007). Consideraram-se as percepções de igualdade de gênero e parentalidade paternas e maternas como variáveis independentes, os níveis de satisfação conjugal paternos e maternos como variáveis mediadoras e as expectativas de cooperação e de conflito coparental paternas e maternas como variáveis dependentes. Foram calculados dois modelos, para cada uma das dimensões das expectativas, sendo incluídas as expectativas de cooperação e conflito coparental no primeiro e segundo modelos, respetivamente. Em cada modelo, foram simultaneamente testadas duas variáveis mediadoras (a satisfação conjugal paterna e materna). Recorreu-se ao método de *bootstrapping (bias-corrected)* com 5000 amostras, com estimativas por intervalos de confiança a 95%, considerando-se efeitos significativos os intervalos que não contêm o valor zero (Hayes, 2015).

Além disso, por modelo, foram controladas três covariáveis (primiparidade materna, primiparidade paterna e método de recolha de dados) por se revelarem estatisticamente diferenciadoras. As variáveis *primiparidade materna* e *paterna* revelaram estar associadas às variáveis de interesse, de acordo com os coeficientes de correlação de *Spearman*, e o método de recolha foi introduzido no modelo por, no teste de *Mann-Whitney U*, se verificarem

diferenças estatisticamente significativas numa das dimensões das expectativas de coparentalidade entre métodos. Assim, foram introduzidas separadamente as variáveis referentes à primiparidade de cada progenitor e, face ao método de recolha, foi inserida apenas uma variável referente ao casal, considerando-se, por defeito, o método presencial nos casais com métodos de recolha distintos (2.45%). Por motivos de parcimónia do modelo, não foram introduzidas outras covariáveis, dado que as associações significativas entre estas e as variáveis principais eram fracas e menos frequentes.

## **Resultados**

### **Análise Preliminar**

Os coeficientes de correlação de Spearman entre as variáveis em estudo e as medidas descritivas das mesmas encontram-se na Tabela 2. Analisando em termos intrapessoais, relativamente ao pai, verificou-se uma associação negativa fraca entre as perceções de igualdade de género na parentalidade e as expectativas de conflito coparental. Os níveis de satisfação conjugal surgiram moderada e positivamente associados às expectativas de cooperação, e fraca e negativamente associados às expectativas de conflito coparentais, ou seja, pais mais satisfeitos com a relação tendem a perspetivar a relação coparental como uma fonte de suporte e valorização do seu papel parental. Ainda, observou-se uma associação fraca e inversa entre as expectativas paternas de cooperação e conflito coparental. Para as mães, registaram-se associações idênticas às dos pais, em direção e força, entre os níveis de satisfação conjugal e os domínios das expectativas de coparentalidade. Além disso, também os dois domínios das expectativas de coparentalidade maternos se encontram fraca e inversamente relacionados.

A nível interpessoal, isto é, entre os elementos da díade, verificaram-se associações positivas e fracas entre as perceções de igualdade de género, entre os níveis de satisfação conjugal e entre cada domínio das expectativas de coparentalidade. As perceções de igualdade de género maternas surgiram fraca e inversamente relacionadas com os níveis de satisfação conjugal paternas, o que revela que, quando as mães apresentam atitudes mais tradicionais face aos papéis de género, os pais tendem a avaliar de forma mais negativa a satisfação com a relação conjugal. A satisfação conjugal paterna, por sua vez, surgiu fraca e positivamente associada às expectativas de cooperação e fraca e negativamente associada às expectativas de conflito coparental maternas. Este padrão de associações verificou-se também entre a satisfação conjugal materna e as expectativas de coparentalidade paternas, o que parece revelar que, quando um elemento do casal apresenta maior satisfação com a relação, o cônjuge tende a

construir expectativas de uma relação coparental com maior nível de cooperação, suporte e validação e com menor conflitualidade.

Considerando às variáveis sociodemográficas, tanto a primiparidade materna como paterna surgiram fracamente associadas às perceções de igualdade de género maternas, em sentido negativo, e à satisfação conjugal de ambos os progenitores, em sentido positivo. A primiparidade paterna surgiu, ainda, fraca e positivamente associada com as expectativas de cooperação coparental maternas.

**Tabela 2**

*Coefficientes de Correlação de Spearman e Medidas Descritivas das Variáveis em Estudo*

	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
1. IG-P (P)	--									
2. IG-P (M)	.37*	--								
3. SRC (P)	-.10	-.26**	--							
4. SRC (M)	.08	-.14	.38**	--						
5. Copa-Coop (P)	-.04	-.17	.68**	.24**	--					
6. Copa-Conf (P)	-.19*	-.04	-.38**	-.17*	-.39**	--				
7. Copa-Coop (M)	.12	-.04	.25**	.59**	.21**	-.10	--			
8. Copa-Conf (M)	-.09	.05	-.20**	-.35**	-.18**	.25**	-.24**	--		
9. Primip (P)	.10	-.19*	.17*	.24**	.13	-.13	.17*	-.31**	--	
10. Primip (M)	.01	-.23**	.21**	.23**	.11	-.07	.14	-.28**	.84**	--
<i>M</i>	2.50	2.37	4.57	4.54	6.52	2.04	6.52	2.08	--	--
<i>DP</i>	0.82	0.85	0.55	0.58	0.63	1.04	0.63	1.04	--	--
<i>Min</i>	1	1	2.14	2.14	3.31	1	3.31	1	--	--
<i>Max</i>	5	5	5	5	7.08	5	7.08	6.80	--	--

*Nota.* IG-P = Igualdade de Género – Parentalidade, SRC = Satisfação com a Relação Conjugal, Copa-Coop = Expectativas de Cooperação Coparental, Copa-Conf = Expectativas de Conflito Coparental, Primip = Primiparidade, P = Pai, M = Mãe; C = Casal,  $p < .05^*$ ,  $p < .01^{**}$ .

### **Efeitos Direitos e Indiretos na Igualdade de Género, Satisfação com a Relação Conjugal e Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental**

As associações entre as perceções de igualdade de género, os níveis de satisfação com a relação conjugal e as expectativas de cooperação e conflito coparental encontram-se descritas na Tabela 3.

Relativamente aos pais, observou-se um efeito direito, negativo e significativo, das perceções de igualdade de género nas expectativas de conflito coparental. Além disso, para os pais, maiores níveis de satisfação conjugal surgiram associados a expectativas de maior cooperação coparental e a menores níveis de conflito coparental. No que concerne às mães, as perceções de igualdade de género surgiram negativa e significativamente associadas com os

seus níveis de satisfação conjugal. O aumento dos níveis de satisfação conjugal maternos surgiu associado a expectativas de maior cooperação coparental e inversamente relacionado com as expectativas de conflito coparental.

No que concerne aos efeitos de cruzados, isto é, referentes à influência mútua entre os progenitores, observou-se um efeito direto entre as percepções de igualdade de género maternas e os níveis de satisfação conjugal paternos, estando atitudes menos discriminatórias face aos papéis de género, por parte da mãe, associadas a menores níveis de satisfação conjugal paterna.

**Tabela 3**

*Efeitos Não Standardizados dos Efeitos Diretos, Intra e Interpessoais, entre as Percepções de Igualdade de Género, Satisfação com a Relação Conjugal e Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental Paternas e Maternas*

Efeitos	<i>b</i>	<i>SE</i>	<i>p</i>
Efeitos de ator			
IG-P (P) → SCR (P)	0.012	0.055	.826
IG-P (P) → Copa-Coop (P)	-0.010	0.046	.822
IG-P (P) → Copa-Conf (P)	<b>-0.253</b>	<b>0.096</b>	<i>p</i> < .01
SCR (P) → Copa-Coop (P)	<b>0.881</b>	<b>0.075</b>	<i>p</i> < .001
SCR (P) → Copa-Conf (P)	<b>-0.698</b>	<b>0.157</b>	<i>p</i> < .001
IG-P (M) → SCR (M)	<b>-0.131</b>	<b>0.056</b>	<i>p</i> < .05
IG-P (M) → Copa-Coop (M)	-0.076	0.046	.105
IG-P (M) → Copa-Conf (M)	0.010	0.095	.913
SCR (M) → Copa-Coop (M)	<b>0.694</b>	<b>0.073</b>	<i>p</i> < .001
SCR (M) → Copa-Conf (M)	<b>-0.675</b>	<b>0.149</b>	<i>p</i> < .001
Efeitos de parceiro			
IG-P (P) → SCR (M)	0.107	0.058	.070
IG-P (P) → Copa-Coop (M)	0.046	0.047	.329
IG-P (P) → Copa-Conf (M)	-0.054	0.096	.578
SCR (P) → Copa-Coop (M)	0.079	0.077	.307
SCR (P) → Copa-Conf (M)	-0.011	0.158	.946
IG-P (M) → SCR (P)	<b>-0.172</b>	<b>0.053</b>	<i>p</i> < .01
IG-P (M) → Copa-Coop (P)	0.046	0.045	.303
IG-P (M) → Copa-Conf (P)	-0.093	0.094	.326
SCR (M) → Copa-Coop (P)	-0.113	0.071	.110
SCR (M) → Copa-Conf (P)	-0.047	0.148	.753

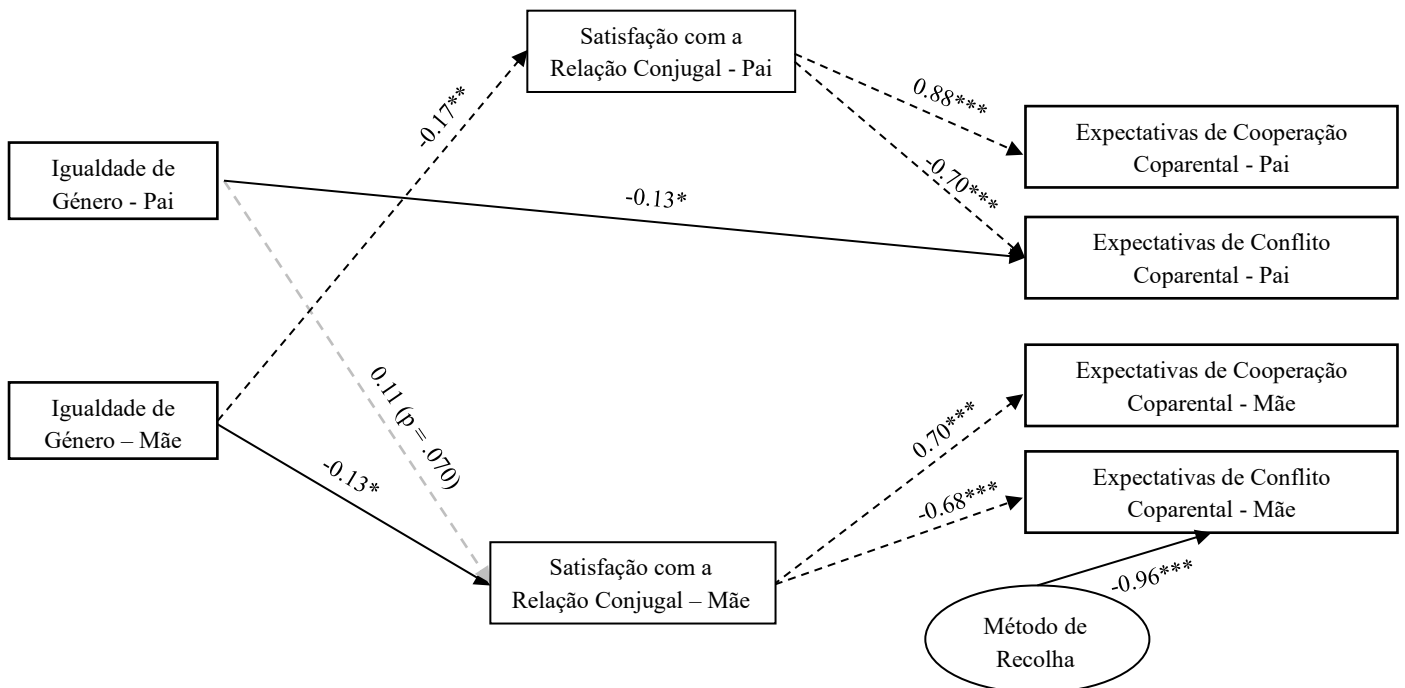
*Nota.* IG-P = Igualdade de Género – Parentalidade, SRC = Satisfação com a Relação Conjugal, Copa-Coop = Expectativas de Cooperação Coparental, Copa-Conf = Expectativas de Conflito Coparental; P = Pai, M = Mãe. Os efeitos estatisticamente significativos encontram-se destacados a negrito. Controlaram-se os efeitos da primiparidade materna e paterna e do método de recolha de dados, os quais não estão representados.

Foram observados quatro efeitos indiretos, representados na Figura 2. As percepções de igualdade de género paternas surgiram associadas às expectativas de cooperação coparental maternas (*efeito indireto* = 0.0739, *SE* = 0.0435, 95% *CI* [0.0042, 0.1743]) e às expectativas de conflito coparental maternas (*efeito indireto* = -0.0719, *SE* = 0.0408, 95% *CI* [-0.1674, -0.0052]), via satisfação conjugal materna (efeitos de parceiro-ator). Do mesmo modo, as percepções de igualdade de género maternas surgiram associadas às expectativas de cooperação coparental paternas (*efeito indireto* = -0.1516, *SE* = 0.0549, 95% *CI* [-0.2724, -0.0561]) e às expectativas de conflito coparental paternas (*efeito indireto* = 0.1202, *SE* = 0.0510, 95% *CI* [0.0350, 0.2341]), via satisfação conjugal paterna (efeitos de parceiro-ator). O primeiro modelo contribuiu para explicar 52% da variância das expectativas de cooperação paternas ( $F(7,155) = 24.02, p < .001$ ) e 50.5% da variância das expectativas de cooperação coparental maternas ( $F(7, 155) = 3.23, p < .001$ ). O segundo modelo contribuiu para explicar 19.8% da variância das expectativas de conflito coparental paternas ( $F(7,155) = 5.48, p < .001$ ) e 23.3% da variância das expectativas de conflito coparental maternas ( $F(7,155) = 6.72, p < .001$ ). Estes resultados sugerem que atitudes mais discriminatórias dos papéis de género de um elemento do casal se associam a menores níveis de satisfação conjugal do companheiro, que por sua vez levam a percepções de menor cooperação e maior conflito na relação coparental futura, por parte deste.

Relativamente às covariáveis, apenas o método de recolha surgiu negativamente associado com as expectativas de cooperação coparental maternas ( $b = -0.96, SE = 0.22, p < .001$ ), pelo que, as restantes (i.e., primiparidade materna e paterna) se encontram omissas na Figura 2.

**Figura 2**

*Resumo dos Efeitos de Ator e Parceiro, Diretos e Indiretos, da Igualdade de Género, Satisfação com a Relação Conjugal e Expectativas de Cooperação e de Conflito Coparental Paternas e Maternas*



*Nota.* Maiores valores na Escala de Igualdade de Género refletem perspetivas mais tradicionais e discriminatórias face aos papéis de género. Resultados da APIMeM: Os efeitos diretos encontram-se representados por traços contínuos e os efeitos indiretos por tracejados. A elipse representa a covariável. Os valores referem-se aos coeficientes dos efeitos diretos. Apenas se representam os efeitos significativos, com exceção do efeito entre as perceções de igualdade de género paternas e a satisfação conjugal materna, uma vez que há um efeito indireto associado.  $^{*}p < .05$ ,  $^{**}p < .01$ ,  $^{***}p < .001$ . Covariáveis introduzidas no modelo: método de recolha de dados, primiparidade paterna e primiparidade materna. APIMeM – Modelo de Interdependência Ator-Parceiro, com mediação.

## Discussão

O presente estudo centrou-se em analisar, adotando uma perspetiva diádica, o modo como as perceções de igualdade de género paternas e maternas se relacionam com as suas expectativas de coparentalidade, nos domínios da cooperação e do conflito (i.e., efeitos de ator), diretamente ou através dos seus níveis de satisfação conjugal. Além disso, pretendeu-se explorar a interdependência dos elementos do casal (i.e., efeitos de parceiro).

### Efeitos Diretos das Perceções de Igualdade de Género e Níveis de Satisfação Conjugal nas Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental

#### *Efeitos de Ator*

Na amostra do presente estudo, para os progenitores do género masculino, atitudes mais tradicionais face aos papéis de género estão associadas a menores expectativas de conflito coparental. Assim, quando é atribuída maior centralidade e responsabilidade à mãe nos cuidados aos filhos, são esperadas interações mais positivas entre o casal, existindo também a expectativa de evitar expor a criança a momentos de discórdia interpaparental. Contrariamente ao reportado por outros autores, no presente estudo não se verifica a mesma associação para as mães (Kuo et al., 2017). No entanto, os resultados revelam que, do ponto de vista materno, atitudes mais tradicionais surgiram associadas a menores níveis de satisfação conjugal. Tal pode resultar do assumir de uma postura de cumprimento dos padrões e normas culturais relativamente às responsabilidades atribuídas à mulher, ainda que estas possam não se identificar totalmente com os mesmos, com conseqüente sobrecarga com as responsabilidades familiares e domésticas e diminuição do tempo disponível para o autocuidado, atividades de lazer e para a relação conjugal (Feeney et al., 2001; Dew & Wilcox, 2011; Sagnier & Morell, 2019).

De facto, no contexto português, ainda são as mães quem realiza a maior parte dos cuidados da casa e da família, destinando-lhes a maioria do tempo que passam acordadas e que não é ocupado com a atividade profissional, aspeto que tende a intensificar-se após o nascimento de um filho e durante a primeira infância do mesmo (OCDE, 2021; Sagnier & Morell, 2019;). A parentalidade, sobretudo para os casais primíparos, implica um alargamento dos papéis já desempenhados e parece afetar sobretudo as mães, sendo esta sobrecarga mais intensa na faixa etária mais representada no presente estudo, por corresponder a um período da idade adulta em que vão surgindo progressivamente mais responsabilidades e, conseqüentemente, áreas de vida que necessitam de se conciliar (Sagnier & Morell, 2019).

Embora a literatura reporte a existência de efeitos de ator e parceiro entre os níveis de satisfação conjugal e a qualidade da coparentalidade (Kuo et al. 2017; Christopher, 2015), os resultados apenas revelam efeitos de ator reforçando que são os níveis de satisfação conjugal do próprio a contribuir, sobretudo, para as expectativas que constroem acerca da qualidade e características da relação coparental (Liu & Wu, 2018; Kuo et al., 2024). Especificamente, tanto para as mães como para os pais, maiores níveis de satisfação conjugal surgem associados a expectativas de maior cooperação e de menor conflito coparental, o que remete para a importância do afeto positivo e suporte conjugal para a construção de uma relação coparental assente na partilha das vivências, no apoio e respeito mútuo e na sensibilidade às necessidades do outro (Morrill et al., 2010). Estes resultados corroboram a literatura anterior, pois diversos

autores reportam que o vínculo amoroso entre o casal funciona como alicerce para o estabelecimento da relação coparental, para onde, desde a gravidez, são transferidos os comportamentos de suporte e parceria já existentes entre a díade (Carone et al., 2017; Kuo et al., 2017; Lindroos et al., 2023; McHale et al., 2004; Morrill et al., 2010; Schoppe-Sullivan et al., 2004; Van Egeren, 2004; Van Egeren & Hawkins, 2004).

### ***Efeitos de Parceiro***

Na amostra, as percepções de igualdade de gênero maternas surgem negativamente associados os níveis de satisfação conjugal paternos. Especificamente, verifica-se que quando as mulheres evidenciam atitudes mais estereotipadas face aos papéis de gênero, com base nas características biológicas ou de acordo com as expectativas tradicionais, e percebem um menor equilíbrio na divisão das tarefas e responsabilidades da vida familiar, os homens tendem a avaliar de forma mais negativa a relação conjugal (Chong & Mickelson, 2016; Fischer et al., 2023; Helms et al., 2019). Durante a gravidez, o envolvimento parental paterno tende a manifestar-se no apoio à mãe, por exemplo, no apoio emocional ou instrumental, através do acompanhamento médico da gravidez e da participação nos processos de tomada de decisão relacionados com a parentalidade (Alio et al., 2013; Widarsson, et al., 2015; Xue et al., 2018). A presença de atitudes maternas mais discriminatórias, face aos papéis de gênero na parentalidade, poderá representar um obstáculo a uma maior participação paterna, a qual já se encontra condicionada por fatores como a dificuldade de compreender o que é esperado de si ou a sensação de exclusão nos cuidados de saúde (Widarsson et al., 2015). Contudo, a possibilidade de participar ativamente nesta etapa da vida da família é desejada pelos pais (Xue et al., 2018) e associada ao fortalecimento do vínculo afetivo entre o casal (Widarsson et al., 2015), pelo que, um menor incentivo à participação, por parte das mães, pode contribuir para explicar a redução dos níveis de satisfação conjugal paternos, verificada no presente estudo.

Além disso, os resultados indicam que, uma vez que não se verificou uma associação significativa entre as percepções de igualdade de gênero paternas e a satisfação conjugal materna, a adoção de perspectivas mais discriminatórias parece ter consequências distintas na satisfação conjugal dos parceiros, semelhante ao reportado por Ruppanner et al. (2017). No entanto, o instrumento utilizado para mensurar as perspectivas de igualdade de gênero avalia a concordância dos progenitores relativamente a normas sociais e aos papéis de gênero na parentalidade, não sendo possível compreender o grau de justiça que cada um atribui a essa divisão ou o modo como estas conceções originam as expectativas em que se baseiam as

interações, cuja importância tem sido realçada ao longo dos anos (e.g., Chong & Mickelson, 2016).

### **Efeitos Indiretos das Percepções de Igualdade de Género e Níveis de Satisfação Conjugal nas Expectativas de Cooperação e Conflito Coparental**

Os resultados indicam que, quando as mães apresentam atitudes menos discriminatórias face aos papéis de género, os pais perspetivam relações coparentais futuras caracterizadas por maior suporte e reforço do papel parental, menor criticismo e menor conflitualidade entre o casal, por via de uma maior satisfação com a relação conjugal dos próprios. Ainda, reforçam a ideia de que os pais desejam participar e envolver-se nas tarefas e decisões associadas à parentalidade, também referido por outros autores (Widarsson et al., 2015; Xue et al., 2018). Estes resultados vão ao encontro do esperado, uma vez que uma perspetiva mais igualitária por parte da mãe parece estar associada a um maior envolvimento paterno, na medida em que possibilita o aumento das oportunidades destes progenitores se integrarem e de verem o seu contributo valorizado (Baldwin et al., 2018; Kuo et al., 2017; Schoppe-Sullivan et al., 2008). Contrariamente, em perspetivas tradicionais, é atribuída à mãe uma maior responsabilidade e competência para os cuidados aos filhos, conduzindo a menores níveis de cooperação e suporte do papel parental paterno (Schoppe-Sullivan et al., 2021a). Do ponto de vista da coparentalidade materna, o padrão das associações é idêntico, isto é, quando os pais apresentam perspetivas mais igualitárias, as mães acreditam que, no pós-parto, irão estabelecer relações coparentais caracterizadas por maior cooperação e menor conflito interparental e nas quais se sentirão apoiadas e em sintonia com o companheiro nas decisões, indo ao encontro reportado na literatura (e.g., Kuo et al., 2017).

Para ambos os progenitores, esta associação é explicada por níveis mais elevados de satisfação conjugal do parceiro. Diversos autores têm salientado o modo como configurações familiares mais igualitárias se associam a maior satisfação conjugal por parte dos elementos do casal (Baldwin et al., 2018; Helms et al., 2019; Kuo et al., 2017; Olsavsky et al., 2020; Schoppe-Sullivan et al., 2008). Neste sentido, quando o casal apresenta uma perspetiva mais igualitária, tenderá a existir menor sobrecarga de apenas um dos elementos com os cuidados domésticos. Tal pode refletir-se numa maior quantidade de tempo disponível para dedicar à relação conjugal, possibilitando que exista maior partilha e suporte mútuo, fatores que, por sua vez, parecem ser facilitadores da cooperação coparental (Van Egeren & Hawkins, 2004). A qualidade da relação conjugal e a satisfação atribuída à mesma, têm, de facto, demonstrado contribuir de forma positiva para a construção das expectativas de coparentalidade (Lindroos et al., 2023) e para o

funcionamento da relação coparental (Campbell, 2022; Christopher et al., 2015; Pedro et al., 2012; Sears et al., 2015; Stroud et al., 2011).

Importa, contudo, referir que, a satisfação conjugal corresponde a uma avaliação subjetiva da relação elaborada com base no modo como o indivíduo vê as suas expectativas e necessidades satisfeitas no contexto da parceria romântica (Ronaghan et al., 2024) e que a relação conjugal assume diferentes facetas, como a qualidade do afeto e da comunicação, sexualidade e divisão de tarefas, as quais não estão contempladas no instrumento utilizado, pelo que estudos futuros deverão procurar avaliar a satisfação com a relação conjugal com base na satisfação com as diferentes componentes da mesma.

Considerando o papel das covariáveis, verifica-se que a primiparidade não contribuiu para explicar os modelos em estudo, para nenhum dos progenitores. Embora o nascimento de um primeiro filho possa representar um momento de reorganização de papéis por parte dos elementos do casal (Baldwin et al., 2018), comparativamente a casais com filhos (Kowal et al., 2021), os resultados obtidos neste estudo parecem ilustrar que, independentemente de os progenitores já terem vivido uma gravidez anterior, são as dinâmicas conjugais e as atitudes que possuem sobre a relação que parecem explicar as expectativas que apresentam sobre como será vivida a coparentalidade após o nascimento do filho em gestação. Relativamente ao método de recolha, o preenchimento do questionário digital parece associar-se a maiores expectativas de conflito coparental, para as mães, o que pode advir de uma maior sensação de privacidade e anonimato para partilhar informação com uma conotação mais negativa, comparativamente ao preenchimento em papel.

### **Implicações, Limitações e Estudos Futuros**

Ao utilizar como grelha de referência o Modelo Ecológico da Coparentalidade por Feinberg (2003), o presente estudo pretendia alargar o conhecimento sobre a coparentalidade durante a gravidez e sobre qual o papel desempenhado por fatores individuais (i.e., perceções de igualdade de género) e conjugais (i.e., satisfação com a relação conjugal) na transição para parentalidade e na construção da relação coparental pré-natal. Além disso, adotou-se uma perspetiva diádica, tendo sido considerada a interdependência entre os progenitores.

Os resultados obtidos revelam efeitos intrapessoais e interpessoais e reforçam a influência que existe entre os membros da díade. A satisfação conjugal paterna é afetada pelas crenças da mãe face aos papéis de género na parentalidade, evidenciando que a perceção desta de um maior equilíbrio e igualdade na partilha de responsabilidades parentais contribui

positivamente para o modo como o pai avalia a relação conjugal. Além disso, os resultados reforçam que, independentemente da paridade, é através da avaliação subjetiva que cada um dos progenitores elabora acerca da relação, que ocorrem os efeitos de parceiro-ator entre as percepções de igualdade de género e as expectativas de coparentalidade.

A compreensão aprofundada destas associações, à luz do papel preditivo da coparentalidade na parentalidade, permite identificar, precocemente, fatores que possam mitigar os desafios experienciados pelos progenitores e pela díade nesta etapa do ciclo de vida familiar. Consequentemente, possibilita o desenvolvimento de intervenções terapêuticas e de estratégias de psicoeducação que ajudem os casais a compreender o papel das suas características e expectativas individuais, bem como o modo como estas se encontram reciprocamente ligadas e se conjugam na construção da relação coparental durante a gravidez, com implicações no envolvimento parental e interações triádicas futuras (Carvalho et al., 2022; Eira Nunes et al., 2021; Michalek-Kwiecień et al., 2022; Petch & Halford, 2008).

No entanto, importa referir que o estudo comporta limitações à luz das quais os resultados devem ser cautelosamente interpretados. Em primeiro lugar, o tamanho da amostra e o facto de ser composta, maioritariamente, por indivíduos de classe média, atendendo ao rendimento mensal do agregado familiar e ao grau de escolaridade e profissionalização. Ainda, a maioria dos casais reside em grandes centros urbanos, aspetos que, conjuntamente, contribuem para reduzir diversidade da amostra e a sua representatividade. Por este motivo, seria importante expandir os locais de recolha, procurando incluir, por exemplo, unidades de cuidados de saúde primários onde sejam realizadas consultas de vigilância da gravidez, bem como optar por um método de amostragem probabilístico, a fim de assegurar uma caracterização mais alargada da coparentalidade pré-natal, em Portugal. Ainda neste âmbito, por barreiras linguísticas, não foi possível alargar a participação a indivíduos estrangeiros sem proficiência da língua portuguesa. No entanto, com o crescimento das taxas de imigração a nível nacional, importa considerar o contexto cultural mais amplo, a multiplicidade de dinâmicas familiares e o modo como os processos de aculturação e de adaptação ao país podem moldar a parentalidade (PORDATA, 2024). Seria também pertinente, no futuro, testar o modelo noutras configurações familiares, nomeadamente com casais homossexuais, permitindo compreender de forma abrangente as vivências de conjugalidade e parentalidade.

Além do referido, cerca de metade dos casais vivenciam uma gravidez de risco, o que, por motivos de parcimónia do modelo, não foi possível considerar na presente investigação, pelo que, se recomenda que, em estudos futuros, seja também analisado o papel deste e de

outros aspetos de caracterização sociodemográfica (e.g., caracterização do número de horas dedicadas a tarefas domésticas e de cuidado aos filhos) na explicação das associações verificadas.

Outra limitação identificada relaciona-se com os instrumentos utilizados na recolha de dados. Todos os instrumentos consistem em medidas de autorrelato, que avaliam perceções e atitudes, o que, como referido, não possibilita aceder ao comportamento efetivo e torna as respostas suscetíveis a enviesamentos pela deseabilidade social ou subjetividade individual. Seria importante, em estudos futuros, complementar o protocolo com medidas observacionais, particularmente no que à coparentalidade diz respeito, pois o instrumento utilizado capta apenas a dimensão cognitiva do conceito e as expectativas de uma realidade que ainda não é conhecida pelo casal. Por isso, e também pelo carácter transversal do estudo, que não possibilita aferir causalidade, seria fundamental desenvolver estudos longitudinais neste âmbito, que permitam confirmar a direccionalidade dos efeitos e a estabilidade das associações verificadas, bem como o modo como o nascimento do bebé e a experiência real de parentalidade impactam a vida conjugal e as expectativas construídas durante a gravidez.

O procedimento adotado acrescenta também limitações ao estudo, uma vez que o questionário apresentava uma extensão considerável, o que pode ter sido um obstáculo para uma maior taxa de resposta e contribuído para o surgimento de erros ou respostas inválidas por fadiga dos participantes. Ademais, o preenchimento dos questionários teve lugar, para a maioria dos indivíduos, nas salas de espera das instituições de saúde, o que pode condicionar a qualidade das respostas pela ausência de um ambiente com maior privacidade e livre de distrações. Também a presença do cônjuge, embora tenha sido solicitado o preenchimento independente pode ter levado à menor disponibilidade para a divulgação de informação percebida como sensível ou potencialmente causadora de conflito entre o casal. A existência de métodos de recolha distintos, por via digital e em papel, é também uma limitação, como discutido na secção anterior. A abordagem aos participantes pode também ter condicionado a sua perceção de privacidade e confidencialidade, embora tais aspetos tenham sido assegurados no consentimento informado.

## **Conclusão**

Apesar de ser fundamental prosseguir a investigação nesta área, o estudo realizado fornece dados importantes no âmbito da psicologia perinatal, com implicações práticas para os profissionais que apoiam as famílias na transição para a parentalidade.

A coparentalidade corresponde a um processo psicológico e interpessoal, que emerge durante a gravidez, se estrutura sob a forma de representações e comportamentos e que corresponde ao modo como os progenitores se percebem, interagem e se apoiam no desempenho das tarefas parentais e de cuidado aos filhos. Os resultados destacam a relevância das normas sociais, valores e práticas culturais no modo como os casais e as famílias se organizam, e sublinham o contributo da satisfação conjugal e das características da relação do casal para a forma como cada progenitor antevê a dinâmica parental após o nascimento do filho. Uma vez que a coparentalidade tem demonstrado estar associada a *outcomes* importantes na saúde mental da díade parental e no desenvolvimento infantil, o estudo da coparentalidade pré-natal torna-se fundamental para identificar fatores que possam facilitar uma transição para a parentalidade mais adaptativa e harmoniosa.

## Referências

- Alio, A. P., Lewis, C. A., Scarborough, K., Harris, K., & Fiscella, K. (2013). A community perspective on the role of fathers during pregnancy: A qualitative study. *BMC Pregnancy Childbirth* 13(60). <https://doi.org/10.1186/1471-2393-13-60>
- Allen, S. M., & Hawkins, A. J. (1999). Maternal gatekeeping: Mothers' beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 199–212. <https://doi.org/10.2307/353894>
- Altenburger, L. E., Schoppe-Sullivan, S. J., Lang, S. N., Bower, D. J., & Kamp Dush, C. M. (2014). Associations between prenatal coparenting behavior and observed coparenting behavior at 9-months postpartum. *Journal of Family Psychology: journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 28(4), 495–504. <https://doi.org/10.1037/fam0000012>
- Amato P. R., & Booth, A. (1995). Changes in gender role attitudes and perceived marital quality. *American Sociological Review*, 60, 58–66. <https://doi.org/10.2307/2096345>
- American Psychological Association. (2017). Ethical principles of psychologists and code of conduct. (2002, amended effective June 1, 2010, and January 1, 2017). <https://www.apa.org/ethics/code/>.
- Baldwin, S., Malone, M., Sandall, J., & Bick, D (2018). Mental health and wellbeing during the transition to fatherhood: A systematic review of first-time fathers' experiences. *JBIS Database of Systematic Reviews and Implementation Reports*, 16(11), 2118–2191. <https://doi.org/10.11124/JBISRIR-2017-003773>
- Baxter, J., Buchler, S., Perales, F., & Western, M. (2014). A life-changing event: First births and men's and women's attitudes to mothering and gender divisions of labor. *Social Forces*, 93(3), 989–1014. <https://doi.org/10.1093/sf/sou103>
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55(1), 81–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J., Youngblade, L., Rovine, M., & Volling, B. (1991). Patterns of marital change and parent-child interaction. *Journal of Marriage and the Family*, 53, 487– 498. doi:10.2307/352914
- Bem, S. L. (1993). *The lenses of gender: Transforming the debate on sexual inequality*. Yale University Press.
- Bogdan, I., Turliuc, M. N., & Candel, O. S. (2022). Transition to parenthood and marital satisfaction: A meta-analysis. *Frontiers in Psychology*, 13, 901362. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.901362>

- Bower, D., Jia, R., Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., & Brown, G. L. (2013). Trajectories of couple relationship satisfaction in families with infants: The roles of parent gender, personality, and depression in first-time and experienced parents. *Journal of Social and Personal Relationships*, 30(4), 389-409. <https://doi.org/10.1177/0265407512457656>
- Campbell, C. G. (2022). Two decades of coparenting research: A scoping review. *Marriage & Family Review*, 59(6), 379–411. <https://doi.org/10.1080/01494929.2022.2152520>
- Canavarro, M. C. (2001). *Psicologia da gravidez e da maternidade*. Quarteto Editora.
- Carone, N., Baiocco, R., Lingiardi, V., & Barone, L. (2017). The desire of parenthood: Intuitive co-parental behaviors and quality of couple relationship among Italian and Belgian same-sex and opposite-sex couples. *Frontiers in Psychology*, 8, 110. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00110>
- Carvalho, T. R. Guerra, L. L. L., Santis, L., & Barham, E. J. (2022). Coparenting intervention programs: A systematic literature review. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 40(2), 1-17. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.10330>
- Chen, M. T., Lin, G. X., Lu, C., & Chang, Y. P. (2022). Good Partners, good Parents: Parent Relationship satisfaction predicts parenting efficacy for young children. *Applied Research Quality Life*, 17, 2405–2422. <https://doi.org/10.1007/s11482-022-10043-1>
- Chong, A., & Mickelson, K. D. (2016). Perceived fairness and relationship satisfaction during the transition to parenthood: The mediating role of spousal support. *Journal of Family Issues*, 37(1), 3-28. <https://doi.org/10.1177/0192513X13516764>
- Christopher, C., Umemura, T., Mann, T., Jacobvitz, D., & Hazen, N. (2015). Marital quality over the transition to parenthood as a predictor of coparenting. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 3636-3651. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0172-0>
- Coutts, J., Hayes, A. F., & Jiang, T. (2019). Easy statistical mediation analysis with distinguishable dyadic data. *Journal of Communication*, 69(6), 612-549. <https://doi.org/10.1093/joc/jqz034>
- Cowan, C., & Cowan, P. (1988). Who does what when partners become parents: Implications for men, women, and marriage. *Marriage and Family Review*, 12, 105-131. [https://doi.org/10.1300/J002v12n03\\_07](https://doi.org/10.1300/J002v12n03_07)
- Cowan, C. P., & Cowan, P. A. (2000). *When partners become parents: The big life change for couples*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

- Darwiche J., Fivaz-Depeursinge E., & Corboz-Warnery A. (2016). Prenatal intuitive coparenting behaviors. *Frontiers in Psychology*, 7(1), 1662. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01662>
- Dew, J., & Wilcox, W. B. (2011). If momma ain't happy: Explaining declines in marital satisfaction among new mothers. *Journal of Marriage and Family*, 73(1), 1–12. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00782.x>
- Diniz, E., Brandão, T., d'Orsi, D., & Verissimo, M. (2024). Work–family conflict influences mothers' perception of father involvement with childcare: A dyadic approach. *Journal of Family Communication*, 24(3–4), 154–170. <https://doi.org/10.1080/15267431.2024.2394025>
- d'Orsi, D., Almeida, M. & Leal, I. (s.d.). Development and validation of a gender equality and parenting scale. [Manuscrito em preparação]
- Doss, B. D., & Rhoades, G. K. (2017). The transition to parenthood: Impact on couples' romantic relationships. *Current Opinion in Psychology*, 13, 25–28. <https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2016.04.003>
- Eira Nunes, C., Roten, Y., El Ghaziri, N., Favez, N., & Darwiche, J. (2021). Co-parenting programs: A systematic review and meta-analysis. *Family Relations: An Interdisciplinary Journal of Applied Family Studies*, 70(3), 759–776. <https://doi.org/10.1111/fare.12438>
- European Institute of Gender Equality [EIGE]. (2024). *Gender equality index 2024 – Sustaining momentum on a fragile path*. Publications Office of the European Union. <https://eige.europa.eu/publications-resources/publications/gender-equality-index-2024-sustaining-momentum-fragile-path>.
- Estlein, R., & Shai, D. (2023). Actor and partner effects of prenatal coparenting behavior on postpartum depression in first-time parents. *Journal of Social and Personal Relationships*, 40(11), 3540-3562. <https://doi.org/10.1177/02654075231179080>
- Estlein, R., & Shai, D. (2024). Dyadic prenatal coparenting interaction behaviors predicting postpartum depressive symptoms during the transition to parenthood. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, 14(6), 1722-1734. <https://doi.org/10.3390/ejihpe14060114>
- Favez, N., & Bader, M. (2024). Non-supportive coparenting and a high interdependent self-construal as risk factors for parental burnout in mothers and fathers in Switzerland. *Marriage & Family Review*, 60(5), 295-315. <https://doi.org/10.1080/01494929.2024.2371424>

- Favez, N., Max, A., Bader, M., & Tissot, H. (2023). When not teaming up puts parents at risk: Coparenting and parental burnout in dual-parent heterosexual families in Switzerland. *Family Process*, 62(1), 272–286. <https://doi.org/10.1111/famp.12777>
- Feeney, J. A., Hohaus, L., Noller, P., & Alexander, R. P. (2001). *Becoming parents: Exploring the bonds between mothers, fathers, and their infants*. Cambridge University Press.
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(3), 173–195. <https://doi.org/10.1023/a:1019695015110>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: framework for research and intervention. *Parenting*, 3(2), 95–131. [https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Feinberg, M., Brown, L., & Kan, M. (2012). A multi-domain self-report measure of coparenting. *Parenting*, 12(1) 1. <https://doi.org/10.1080/15295192.2012.638870>
- Feinberg, M. E., Kan, M. L., & Goslin, M. C. (2009). Enhancing coparenting, parenting, and child self-regulation: Effects of family foundations 1 year after birth. *Prevention Science*, 10, 276–285. <https://doi.org/10.1007/s11121-009-0130-4>
- Figueiredo, B., & Conde, A. (2015). First- and second-time parents' couple relationship: From pregnancy to second year postpartum. *Family Science*, 6(1), 346–355. <https://doi.org/10.1080/19424620.2015.1075894>
- Fischer, R. A., Johnson, M. D., Stertz, A. M., Sherlock, S. N., & Wiese, B. S. (2023). How perceived maternal gatekeeping affects fathers: An 8-week study. *Journal of Family Psychology: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 37(2), 232–242. <https://doi.org/10.1037/fam0001053>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2024). *Rendimentos e Desigualdade: A evolução recente dos rendimentos familiares e dos principais indicadores de desigualdade*. [https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/portugal-desigual-um-retrato-das-desigualdades-de-rendimentos-e-da-pobreza-no-pais?\\_gl=1\\*b3nsk3\\*\\_up\\*MQ..\\*\\_ga\\*MjAwNTQ5MzUwMi4xNzUzODEzODE4\\*\\_ga\\_N9RLJ8M581\\*cze3NTM4MTM4MTgkbzEkZzEkdDE3NTM4MTM4MzQkajQ0JGwwJGgw](https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/portugal-desigual-um-retrato-das-desigualdades-de-rendimentos-e-da-pobreza-no-pais?_gl=1*b3nsk3*_up*MQ..*_ga*MjAwNTQ5MzUwMi4xNzUzODEzODE4*_ga_N9RLJ8M581*cze3NTM4MTM4MTgkbzEkZzEkdDE3NTM4MTM4MzQkajQ0JGwwJGgw)
- Gaunt, R. (2009). The role of mothers' gender ideologies and essentialist perceptions in maternal gatekeeping. In J. H. Ulrich & B. T. Cosell (Eds.), *Handbook on Gender Roles: Conflicts, Attitudes and Behaviors* (pp. 189-202). Nova Science Publications.

- Güre, P., Gürmen, S., & Acar, I. H. (2025). Dyadic examination of parents' general psychological distress and coparenting in families with young children: The mediating role of couple satisfaction. *Journal of Marital and Family Therapy*, 51(1). <https://doi.org/10.1111/jmft.12739>
- Halford, W. K., Petch J., & Creed D. K. (2010). Promoting a positive transition to parenthood: A randomized clinical trial of couple relationship education. *Prevention Science: The Official Journal of the Society for Prevention Research*, 11(1), 89–100. <https://doi.org/10.1007/s11121-009-0152-y>
- Hayes, A. F. (2015). An index and test of linear moderated mediation. *Multivariate Behavioral Research*, 50(1), 1–22. <https://doi.org/10.1080/00273171.2014.962683>
- Helms, H. M., Supple, A. J., Hengstebeck, N. D., Wood, C. A., & Rodriguez, Y. (2019). Marital processes linking gender role attitudes and marital satisfaction among Mexican-origin couples: Application of an actor–partner interdependence mediation model. *Family Process*, 58(1), 197–213. <https://doi.org/10.1111/famp.12338>
- Hendrick, S. S. (1988). A generic measure of relationship satisfaction. *Journal of Marriage and the Family*, 93-98.
- Hendrick, S. S., Dicke, A., & Hendrick, C. (1998). The relationship assessment scale. *Journal of Social and Personal Relationships*, 15(1), 137-142.
- Katz-Wise, S., Priess, H., & Hyde, J. (2010). Gender-role attitudes and behaviour across the transition to parenthood. *Developmental Psychology*, 46(1), 18-28. <https://doi.org/10.1037/a0017820>
- Kekkonen, M., Böök, M., Kokkinen, K., Malinen, K., Matias, M., Baxter, J., & Rönkä, A. (2023). An interpretative synthesis of coparenting among new parents in diverse sociocultural contexts. *Journal of Comparative Family Studies*, 54, 6-29. <https://doi.org/10.3138/jcfs.54.1.030>
- Kenny, D. A., Kashy, D. A., & Cook, W. L. (2006). *Dyadic data analysis*. The Guilford Press.
- Kowal, M., Groyecka-Bernard, A., Kochan-Wójcik, M., & Sorokowski, P. (2021). When and how does the number of children affect marital satisfaction? An international survey. *PloS one*, 16(4), e0249516. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0249516>
- Krieg, D. B. (2007). Does motherhood get easier the second-time around? Examining parenting stress and marital quality among mothers having their first of second child. *Parenting: Science and Practice*, 7, 149–175. <https://doi.org/10.1080/15295190701306912>
- Kuersten-Hogan, R. (2017). Bridging the gap across the transition to coparenthood: Triadic interactions and coparenting

- representations from pregnancy through 12 months postpartum. *Frontiers in Psychology*, 8. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00475>
- Kuersten-Hogan, R., & McHale, J. P. (2021). *Prenatal family dynamics: Couple and coparenting relationships during and postpregnancy*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-51988-9>
- Kuo, P. X., Volling, B. L., & Gonzalez, R. (2017). His, hers, or theirs? Coparenting after the birth of a second child. *Journal of Family Psychology*, 31(6), 710–720. <https://doi.org/10.1037/fam0000321>
- Kuo, P. X., Xu, W., & Yang, Z. (2024). Dyadic associations between marital satisfaction and coparenting quality: Gender differences and the moderating role of caregiving identity. *Frontiers in Sociology*, 9, 1422404. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2024.1422404>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Theoretical models of coparenting relations: Critical review. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205-216.
- Lavner, J. A., Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (2016). Does couples' communication predict marital satisfaction, or does marital satisfaction predict communication?. *Journal of Marriage and the Family*, 78(3), 680–694. <https://doi.org/10.1111/jomf.12301>
- Lawrence, E., Rothman, A. D., Cobb, R. J., Rothman, M. T., & Bradbury, T. N. (2008). Marital satisfaction across the transition to parenthood. *Journal of family Psychology: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 22(1), 41–50. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.1.41>
- Le, Y., McDaniel, B. T., Leavitt, C. E., & Feinberg, M. E. (2016). Longitudinal associations between relationship quality and coparenting across the transition to parenthood: A dyadic perspective. *Journal of Family Psychology*, 30(8), 918-926. <https://doi.org/10.1037/fam0000217>
- Ledermann, T., Macho, S., & Kenny, D. A. (2011). Assessing mediation in dyadic data using the actor-partner interdependence model. *Structural Equation Modeling*, 18, 595–612. <https://doi.org/10.1080/10705511.2011.607099>
- Ledermann, T., & Bodenmann, G. (2006). Moderator- und mediatoreffekte bei dyadischen daten: Zwei erweiterungen des akteur-partner-interdependenz-modells [Moderator and mediator effects in dyadic research: Two extensions of the Actor–Partner Interdependence Model]. *Zeitschrift Für Sozialpsychologie*, 37(1), 27–40. <https://doi.org/10.1024/0044-3514.37.1.27>

- Lévesque, S., Bisson, V., Charton, L., & Fernet, M. (2020). Parenting and relational well-being during the transition to parenthood: Challenges for first-time parents. *Journal of Child and Family Studies*, 29(7), 1938–1956. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01727-z>
- Lidbeck, M. & Bernhardsson, S. (2021). What happens to the couple relationship when sharing parental leave? A prospective, longitudinal study. *Scandinavian Journal of Psychology*, 62, 95–103.
- Lind, W. R. (2018). *Casais biculturais e monoculturais: Diferenças e recursos*. [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa]. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/977/1/15352\\_Tese\\_Wolfgang\\_Lind\\_2008.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/977/1/15352_Tese_Wolfgang_Lind_2008.pdf)
- Lindroos, E., Räikkönen, E., Malinen, K., & Rönkä, A. K. (2023). Prenatal version of the Coparenting Relationship Scale among Finnish couples expecting their firstborn. *Journal of Child and Family Studies*, 32, 2944–2960. <https://doi.org/10.1007/s10826-023-02659-0>
- Lindroos, E., Räikkönen, E., Malinen, K., Leach, L., Matias, M., & Rönkä, A. K. (2025). Prenatal expectations as predictors of postnatal coparenting: Moderation effect of psychological distress. *Journal of Marriage and Family*, 1–15. <https://doi.org/10.1111/jomf>
- Lindsey, L. L. (2016). *Gender roles: A sociological perspective*. Routledge.
- Liu, C., & Wu, X. C. (2018). Dyadic effects of marital satisfaction on coparenting in Chinese families: Based on the actor-partner interdependence model. *International Journal of Psychology*, 53(3), 210–217. <https://doi.org/10.1002/ijop.12274>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology: Journal of the Division of Family Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 15(1), 3–21. <https://doi.org/10.1037//0893-3200.15.1.3>
- Masui, Y., & Yamazaki, A. (2024) Prenatal coparenting and attachment style in Japanese pregnant women: A cross-sectional survey. *PLoS ONE* 19(8): e0309212. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0309212>
- McClain, L., & Brown, S. L. (2017). The roles of fathers' involvement and coparenting in relationship quality among cohabiting and married parents. *Sex Roles*, 76(5-6), 334–345.
- McHale, J. P., & Lindahl, K. (Eds.). (2011). *Coparenting. A conceptual and clinical examination of family systems*. American Psychological Association.

- McHale, J. P., Kazali, C., Rotman, T., Talbot, J., Carleton, M., & Lieberman, R. (2004). The transition to co-parenthood: Parents' prebirth expectations and early coparental adjustment at three months postpartum. *Development and Psychopathology*, *16*, 711-733. <https://doi.org/10.1017/S0954579404004742>
- McHale, J. P., & Rotman, T. (2007). Is seeing believing?: Expectant parents' outlooks on coparenting and later coparenting solidarity. *Infant Behavior and Development*, *30*, 63-81. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2006.11.007>
- Michałek-Kwiecień, J., Kaźmierczak, M., & Karasiewicz, K. (2022). Closeness with a partner and parental bond with a child during the transition to parenthood. *Midwifery*, *105*, 103209. <https://doi.org/10.1016/j.midw.2021.103209>
- Minuchin, S. (1974). *Families & family therapy*. Harvard University Press.
- Morrill, M. I., Hines, D. A., Mahmood, S., & Córdova, J. V. (2010). Pathways between marriage and parenting for wives and husbands: The role of coparenting. *Family Process*, *49*(1), 59–73. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2010.01308.x>
- Nisbet, R., Miner, G., & Yale, K. (2018). Data understanding and preparation. In *Handbook of Statistical Analysis and Data Mining Applications* (2<sup>a</sup> ed., pp. 55-82). Academic Press. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-416632-5.00004-9>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE]. (2021). OECD Family Database. <https://www.oecd.org/els/family/database.htm>
- Olsavsky, A. L., Yan, J., Schoppe-Sullivan, S. J., & Kamp Dush, C. M. (2020). New fathers' perceptions of dyadic adjustment: The roles of maternal gatekeeping and coparenting closeness. *Family Process*, *59*(2), 571–585. <https://doi.org/10.1111/famp.12451>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2016). Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2011, revisto em 26 de dezembro, 2016). [https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod\\_deontologico](https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/cod_deontologico)
- Pais-Ribeiro, J. (2010). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. (1<sup>a</sup> ed.). Climepsi.
- Pan, B., Wang, Y., Zhang, J., Wang, J., Xiao, B., & Yan, L. (2025). Parental co-parenting quality, children's emotion regulation abilities, and prosocial behavior. *BMC Psychology*, *13*. <https://doi.org/10.1186/s40359-025-02947-y>
- Park, I. Y., Bellamy, J. L., Speer, S. R., Kim, J., Kwan, J. Y., Powe, P., Banman, A., Harty, J. S., & Guterman, N. B. (2023). Actor and partner effects of interparental relationship and co-parenting on parenting stress among fathers and mothers. *Families in Society*, *0*(0). <https://doi.org/10.1177/10443894231207442>

- Pedro, M. F., Ribeiro, T., & Shelton, K. H. (2012). Marital satisfaction and partners' parenting practices: The mediating role of coparenting behavior. *Journal of Family Psychology: Journal of the Division of Psychology of the American Psychological Association (Division 43)*, 26(4), 509–522. <https://doi.org/10.1037/a0029121>
- Perales, F., Jarallah, Y., & Baxter, J. (2018). Men's and women's gender-role attitudes across the transition to parenthood: Accounting for child's gender. *Social Forces*, 97(1), 251–276. <https://doi.org/10.1093/sf/soy015>
- Petch, J., & Halford, W. K. (2008). Psycho-education to enhance couples' transition to parenthood. *Clinical Psychology Review*, 28(7), 1125–1137. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2008.03.005>
- Pinho, M., & Gaunt, R. (2021). Biological essentialism, gender ideologies, and the division of housework and childcare: Comparing male carer/female breadwinner and traditional families. *The Journal of Social Psychology*, 164(1), 59–75. <https://doi.org/10.1080/00224545.2021.1983508>
- Pinto, T. M., Figueiredo, B., & Feinberg, M. E. (2019). The Coparenting Relationship Scale - Father's Prenatal Version. *Journal of Adult Development*, 26(1–2). <https://doi.org/10.1007/s10804-018-9308-y>
- PORDATA. (2024). *Nados vivos por naturalidade da mãe*. (População: Nascimentos e Fecundidade.). <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/nascimentos-e-fecundidade/nados-vivos-por-naturalidade-da-mae>.
- Ranta, M., Böök, M. L., Paloniemi, S., & Rönkä, A. (2023). “Equally, but in our own way”: First-time parents' prenatal expectations of coparenting. *Journal of Family Studies*, 29(3), 1061–1081. <https://doi.org/10.1080/13229400.2021.2023609>
- Relvas, A. P. (2000). *O ciclo vital da família: Perspetiva sistémica* (2ª ed.). Edições Afrontamento.
- Riggs, D. W., Worth, A., & Bartholomaeus, C. (2018). The transition to parenthood for Australian heterosexual couples: Expectations, experiences and the partner relationship. *BMC Pregnancy Childbirth*, 18(342). <https://doi.org/10.1186/s12884-018-1985-9>
- Rogers, S. J., & Amato, P. R. (2000). Have changes in gender relations affected marital quality? *Social Forces*, 79(2), 731–753. <https://doi.org/10.1093/sf/79.2.731>
- Ronaghan, D., Gaulke, T., & Theule, J. (2024). The association between marital satisfaction and coparenting quality: A meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 38(2), 236–245. <https://doi.org/10.1037/fam0001149>

- Rubin, L. H., Witkiewitz, K., St. Andre, J., & Reilly, S. (2007). Methods for handling missing data in the behavioral neurosciences: Don't throw the baby rat out with the bath water. *The Journal of Undergraduate Neuroscience Education*, 5(2), A71–A77.
- Ruppner, L., Brandén, M., & Turunen, J. (2017). Does unequal housework lead to divorce? Evidence from Sweden. *Sociology*, 52(1), 75-94. <https://doi.org/10.1177/0038038516674664>
- Sagnier, L., & Morell, A. (2019). *As mulheres em Portugal, hoje: Quem são, o que pensam e como se sentem*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. [https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/mulheres-em-portugal- hoje?\\_gl=1\\*nr6z7m\\*\\_up\\*MQ..\\*\\_ga\\*NjQzODA5MDEwLjE3NTExOTY0MDM.\\*\\_ga\\_N9RLJ8M581\\*czE3NTExOTY0MDMkbzEkZzAkdDE3NTExOTY0MDMkajYwJGwwJGgw](https://ffms.pt/pt-pt/estudos/estudos/mulheres-em-portugal- hoje?_gl=1*nr6z7m*_up*MQ..*_ga*NjQzODA5MDEwLjE3NTExOTY0MDM.*_ga_N9RLJ8M581*czE3NTExOTY0MDMkbzEkZzAkdDE3NTExOTY0MDMkajYwJGwwJGgw).
- Saxbe, D., Rossin-Slater M., Goldenberg D. (2018). The transition to parenthood as a critical window for adult health. *The American Psychology*, 73, 1190–1200. <https://doi.org/10.1037/amp0000376>
- Schafer, J. L., & Graham, J. W. (2002). Missing data: Our view of the state of the art. *Psychological Methods*, 7(2), 147–177. <https://doi.org/10.1037/1082-989X.7.2.147>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., Cannon, E. A., Mangelsdorf, S. C., & Sokolowski, M. S. (2008). Maternal gatekeeping, coparenting quality, and fathering behavior in families with infants. *Journal of Family Psychology*, 22, 389–398. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.3.389>
- Schoppe-Sullivan S. J., & Mangelsdorf, S. C. (2013). Parent characteristics and early coparenting behavior at the transition to parenthood: Parent characteristics and coparenting. *Social Development*, 22(2), 363–383. <https://doi.org/10.1111/sode.12014>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Frosch, C. A., & McHale, J. L. (2004). Associations between coparenting and marital behavior from infancy to the preschool years. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 194–207. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.194>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Nuttall, A. K., & Berrigan, M. N. (2021a). Couple, parent, and infant characteristics and perceptions of conflictual coparenting over the transition to parenthood. *Journal of Social and Personal Relationships*, 39(4), 908–930. <https://doi.org/10.1177/02654075211048954>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Shafer, K., Olofson, E. L., & Kamp Dush, C. M. (2021b). Fathers' parenting and coparenting behavior in dual-earner families: Contributions of traditional

- masculinity, father nurturing role beliefs, and maternal gate closing. *Psychology of Men & Masculinities*, 22(3), 538–550. <https://doi.org/10.1037/men0000336>
- Sears, M., Repetti, R., Reynolds, B., & Krull, J. L. (2015). *Spillover in the home: The effects of family conflict on parents' behavior*. *Journal of Marriage and Family*, 77(1), 62–79. <https://doi.org/10.1111/jomf.12265>
- Seefeld, L., Buyukcan-Tetik, A., & Garthus-Niegel, S. (2022). The transition to parenthood: Perspectives of relationship science theories and methods. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 40(2), 105–107. <https://doi.org/10.1080/02646838.2022.2039864>
- Shapiro, A. F., Gottman, J. M., & Carrère, S. (2000). The baby and the marriage: Identifying factors that buffer against decline in marital satisfaction after the first baby arrives. *Journal of Family Psychology*, 14, 59–70. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.14.1.59>
- Steyerberg, E. W. (2019). Applications of prediction models. In *Clinical prediction models*. Springer.
- Stroud, C. B., Durbin, C. E., Wilson, S., & Mendelsohn, K. A. (2011). Spillover to triadic and dyadic systems in families with young children. *Journal of Family Psychology*, 25(6), 919–930. <http://dx.doi.org/10.1037/a0025443>
- Taraban, L., & Shaw, D. S. (2018). Parenting in context: Revisiting Belsky's classic process of parenting model in early childhood. *Developmental Review*, 48, 55–81. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2018.03.006>
- Twenge, J., Campbell, W., & Foster, C. (2003). Parenthood and marital satisfaction: A meta-analytic review. *Journal of Marriage and Family*, 65, 574–583.
- Van Egeren, L. A. (2003). Prebirth predictors of coparenting experiences in early infancy. *Infant Mental Health Journal*, 24(3), 278–295. <https://doi.org/10.1002/imhj.10056>
- Van Egeren, L. A. (2004). The development of the coparenting relationship over the transition to parenthood. *Infant Mental Health Journal*, 25, 453–477. <http://dx.doi.org/10.1002/imhj.20019>
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11(3), 165–178. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>
- Wang, J., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2025). Susceptibility of parenting to coparenting: The roles of parent gender, parent beliefs, and infant temperament. *Development and Psychopathology*, 1–13. <https://doi.org/10.1017/S0954579425000409>

- Widarsson, M., Engström, G., Tydén, T., Lundberg, P., & Hammar, L. M. (2015). 'Paddling upstream': Fathers' involvement during pregnancy as described by expectant fathers and mothers. *Journal of Clinical Nursing*, 24(7-8), 1059–1068. <https://doi.org/10.1111/jocn.12784>
- Weissman, S. H., & Cohen, R. S. (1985). The parenting alliance and adolescence. *Adolescent Psychiatry*, 12, 24–45.
- Xue, W. L., Shorey, S., Wang, W., & He, H. (2018). Fathers' involvement during pregnancy and childbirth: An integrative literature review, *Midwifery*, 62. <https://doi.org/10.1016/j.midw.2018.04.013>
- Yoo, J. (2020). Gender role attitude, communication quality, and marital satisfaction among Korean adults. *Journal of Family Studies*, 28(3), 1108–1125. <https://doi.org/10.1080/13229400.2020.1791230>
- Zhang, Y., & Razza, R. (2022). Father involvement, couple relationship quality, and maternal postpartum depression: The role of ethnicity among low-income families. *Maternal and Child Health Journal*, 26(7), 1424–1433. <https://doi.org/10.1007/s10995-022-03407-4>